



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 389 - DE 05 A 19 DE ABRIL DE 2010 - R\$ 3,00

A burguesia e seus partidos e instituições buscam arrastar as massas para as eleições

Contra o eleitoralismo, lutar em defesa da independência política da classe operária

UM MÊS DE GREVE DOS PROFESSORES - SP:



**Para vencer o governo, radicalizar o movimento:
ir às ruas, bloquear avenidas, ocupar prédios**

Governos da Europa encontram resistência para descarregar crise sobre as massas: trabalhadores protestam na França

**A luta armada no Brasil (1960-1970)
AS POLÍTICAS DA AP E SUAS CISÕES**

**Bolívia: o que empurra
os explorados às ruas**

Burguesia prepara seu circo eleitoral: trabalhadores/juventude devem rechaçar a farsa das eleições e defender a independência de classe

Eleições e crise do capitalismo

O quadro eleitoral começa a desenhar-se com nitidez. As alianças entre os diversos partidos burgueses vão firmando-se em dois grandes campos. De um lado a aliança PMDB-PT, que terá o corrupto Michel Temer como Vice e todo apoio dos Sarney, Renan Calheiros, Collor etc e de outro os opositores serviços do imperialismo, PSDB e DEM (desmoralizado com o mensalão no DF). A disputa eleitoral ocorre, porém numa conjuntura de crise estrutural do capitalismo e de lenta recuperação do recente colapso no sistema financeiro americano e mundial. Na América Latina e no mundo recrudescem a ofensiva militar norte-americana com a IV Frota a controlar o Atlântico Sul e a construção de novas bases militares americanas na Co-

lômbia. O envio de 30 mil soldados ao Afeganistão por Obama, a ocupação militar no Iraque, no Haiti e a ameaça de Israel e EUA ao Irã, que desenvolve a tecnologia nuclear, são outros exemplos dessa conjuntura. Na Europa, muitos países encontram-se à beira da falência, a exemplo da Grécia, cujo governo teve de enfrentar greves gerais. O movimento operário internacional aos poucos tem reagido ao impacto da crise que tem sido inteiramente descarregada nos ombros dos explorados. No Brasil, a CUT, CTB e Força Sindical tem atrelado os movimentos sociais na sustentação do governo Lula que termina seus dois mandatos com o apoio irrestrito do grande capital. Quem quer que seja o vencedor em outubro, governará para os ricos e sacrificará ainda mais a vida das massas.

A disputa interburguesa

Dilma Rousseff e José Serra deixaram seus cargos. Agora, são oficialmente os dois candidatos a disputar a presidência da República. Por vários meses, Lula fez o que era possível para popularizar Dilma, uma desconhecida das massas. Foi até o limite que permite a legislação eleitoral. A oposição entrou com vários mandados no Tribunal Eleitoral para coibir a propaganda em favor da candidata do PT. Recentemente, um juiz condenou Lula a pagar multas, depois de o Tribunal Eleitoral haver negado a liminar da oposição. Fato que evidenciou a influência de Lula e de Serra sobre a Justiça, que não é isenta como se apregoa e que está sob influência dos partidos que comandam a máquina do Estado.

Uma das características da democracia formal – regime político criado pelo capitalismo – é a dos partidos constituírem parte do Estado, de forma que não apenas controlam o parlamento e o executivo, mas também o judiciário. A independência entre os poderes é um princípio da formalidade que existe em função das disputas entre os partidos da burguesia pelo controle da máquina estatal. A legislação eleitoral funciona como ordenadora da disputa interburguesa e asseguradora de que todos os partidos terão de representar os interesses gerais da burguesia e a conservação do sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Pela lógica, Lula deveria continuar no poder, uma vez que tem 75% de aprovação da população. Mas não podendo se candidatar para um terceiro mandato, o caudilho se lançou para fazer o seu sucessor. A regra do mandato único ou no máximo dois tem a ver com o uso do poder da máquina estatal. A burguesia e seus partidos sabem que os seus partidos atuam por cima das massas e dependem, portanto, exclusivamente das instituições do Estado e dos cofres dos capitalistas. A premissa da alternância no poder que parece ser de ordem democrática, na verdade, corresponde aos conflitos interburgueses, que ca-

bem aos partidos processar por meio do Estado.

A crise do mensalão derrubou nomes expressivos, como José Dirceu e José Genoíno. Restou a Lula uma ex-militante da luta armada dos anos 70 (VPR), ex-pedetista até recentemente e petista novata. O seu passado já não pesa, a não ser para a ultradireita, nos cálculos eleitorais da burguesia. A questão está em que José Serra tem por trás uma influente fração da burguesia industrial, que poderá pesar sobre o conjunto da classe capitalista.

A grande burguesia tem muito a agradecer ao ex-metalúrgico e ex-dirigente de greves por ter cumprido dois mandatos que lhe permitiram impulsionar seus negócios, acumular capital e explorar na paz das classes antagônicas. O futuro político e material do caudilho aburguesado está garantido. Lula foi provado no exercício da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados, ao contrário de outros exemplos históricos de presidentes que eram criação direta da burguesia – no Brasil, João Goulart; no Chile, Salvador Allende etc. O caudilho continuará como reserva política da classe capitalista. É raro surgir um político que controle tão bem os sindicatos, que tem nas mãos o conjunto da burocracia sindical e que se movimenta com arte nas disputas das quadrilhas partidárias internas ao Estado.

Dilma não tem como herdar essas qualidades do ex-operário, que se refinou no manejo da política burguesa. Como disse o próprio Lula, nenhuma universidade lhe prepararia para desempenhar esse papel fulgurante na história da dominação de classe. Certamente, Lula não pensou com esse teor. Disse que nenhuma universidade lhe prepararia para fazer tanto pelo Brasil e pelos pobres como ele fez. Dilma não tem nada a oferecer para a burguesia. Mas tem a receber pela gratidão que os exploradores devotam a Lula. No entanto, acima de tudo estão seus cálculos econômicos e financeiros.

O governo constitui uma fração política e burocrática no Estado, que constantemente negocia com outra fração da oposição, daí as coligações, distribuição de cargos e formação de novas quadrilhas. As negociatas que Lula possibilitou com seus planos econômicos, com as instituições financeiras estatais (BNDES, BB etc), com as concessões de exploração de riquezas naturais, com os subsídios e favorecimentos à grande indústria e à agroindústria são um patrimônio que interessa ser mantido. Nesse sentido, o continuísmo por meio de Dilma pesa nas decisões políticas do grande capital.

Agora que as candidaturas se oficializaram e que logo mais a campanha eleitoral será legal, as definições vão se evidenciar. O montante de dinheiro entregue aos candidatos é um dos fatores decisivos para a vitória.

José Serra é um candidato que causou discordância com setores do capital, quando ministro da Fazenda de Fernando H. Cardoso. É identificado com a fração do capital industrial, principalmente do Estado de São Paulo, cujo peso na economia é de carro chefe. Foi ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, ex-militante da Ação Popular e ex-exilado da ditadura militar. É filho da pequena burguesia que ascendeu à alta política burguesa. Estando à frente do governo do estado mais poderoso da federação, também tirou proveito da conjuntura econômica e social favorável para atender aos interesses do grande capital.

Lula e Serra se comportaram como bons vizinhos e colaboradores. As diferenças partidárias não deveriam prejudicar as aspirações da classe capitalista. De forma que o governador do PSDB se potenciou. A disputa pela presidência em 2002 com Lula, decidida no segundo turno, projetou José Serra.

As massas exploradas sofrem gigantesca pressão para se definirem por essa ou aquela candidatura dos seus exploradores e algozes. A partir do Estado, a burguesia atua poderosamente para movimentar as massas sob intensa propaganda. Nos bastidores, negociam-se somas astronômicas a serem doadas pelos capitalistas. As cúpulas das Igrejas exigem compromissos dos candidatos. E os meios de comunicação se encarregam de difundir as mentiras, as falsificações, as promessas, as demagogias e as hipocrisias. Há uma centralização política brutal para arrastar as massas para as eleições, insuflar-lhes as ilusões na democracia e convencer-lhes de um futuro melhor do que o inferno da miséria presente. A população desorganizada rapidamente é canalizada por um conjunto de forças que ultrapassa os partidos.

Como se vê, a democracia burguesa, é o melhor regime político para a dominação da classe burguesa e para processar os distintos interesses capitalistas.

A ausência do partido revolucionário implantado na classe operária e no conjunto dos oprimidos facilita à burguesia exercer as pressões para que as massas continuem iludidas de que a única e melhor solução para suas vidas é sustentar a democracia e os partidos burgueses com seu caudal de parasitas. As esquerdas, que têm seus partidos legalizados e participam nas eleições, evitam uma caracterização precisa da democracia e do processo eleitoral. Não atuam com suas candidaturas para defender a revolução proletária. Almejam, com a bandeira abstrata de socialismo e com algumas reivindicações democráticas e trabalhistas, se fortalecer eleitoralmente e assim tornar-se um

partido de massa. Essas ilusões da esquerda pequeno-burguesas se dissolvem a cada pleito, tamanho é o controle das eleições pelo poder econômico e renascem na próxima disputa.

Ao contrário, a vanguarda tem a tarefa de combater pela independência dos explorados com o programa da revolução social.

Greve dos professores paulistas e as eleições

Poucas semanas antes de Serra se desincompatibilizar do cargo, uma assembléia de cerca de vinte mil professores decretou a greve. Imediatamente, o PSDB acusou a Apeoesp de promover uma greve política, com objetivo de desgastar Serra. A imprensa se encarregou de fazer a grita geral.

Desta vez, não se reconheceu como justa a reivindicação de reajuste de 34,3%. Não se disse que infelizmente o governo não poderia atendê-lo, mas que estaria disposto a negociar.

Ficamos na reivindicação salarial, sem considerar a bandeira de fim das provas classificatórias.

A posição de Serra é de que o PT usa a greve em favor de Dilma Rousseff. Não há como negar a interferência dos interesses eleitorais. Mas que vem de ambos os lados, ou seja, do PT e PSDB. Serra se vale do argumento eleitoral para se negar a atender as reivindicações, tanto quanto a burocracia sindical da Apeoesp se aproveita da greve para desgastar eleitoralmente o governador.

A politicagem eleitoral atua em quaisquer direções contra os docentes. A diferença está em que a burocracia sindical do PT comparece como defensora das reivindicações e pode argumentar que está na legítima função de representante dos docentes. É visível que Serra utiliza do argumento da greve política para manter a diretriz de arrocho salarial e usar de instrumentos punitivos para obter “produtividade”. A burocracia pode muito bem esconder seus objetivos eleitorais, uma vez que as reivindicações expressam inequívocas aspirações da escola pública.

No entanto, para o movimento, a interferência eleitoreira é grave. O governo convenceu mais da metade dos docentes de que a greve objetivava potenciar a candidata Dilma. Sabemos que somente esse argumento não é suficiente. Ocorre que a experiência negativa em greves passadas, cuja direção petista não foi consequente, está na memória da camada mais conservadora do magistério.

Para a burocracia sindical, a greve não é método de luta para arrancar pela força as reivindicações, mas um meio de negociação, para obter algumas querelas depois de semanas de paralisação. Desta vez, o ambiente eleitoral serviu para Serra dizer que não receberá a Apeoesp e não haverá negociação. E a burocracia endureceu com o governo? Não! Mantive sua tradicional posição negociadora, que extrai da greve seus nervos e a esvazia do conteúdo de luta de classe que lhe é própria.

A vitória da greve está sendo comprometida não porque Serra diz que é político-eleitoreira, mas porque a direção sindical petista não pôde mostrar na ação que não estava usando a greve por motivação eleitoral. Combateu as propostas de avançar o movimento, constituindo o comando de greve na assembléia, ganhando diariamente as ruas, montando bloqueios massivos, ocupando prédios públicos e instituindo um fundo

de greve. Ao contrário, manteve uma assembléia na semana, seguida de passeata. Só. Assim, as regionais da Apeoesp não puderam ganhar as bases para os piquetes.

O governo aguarda tranquilo que venha o cansaço de um mês de greve. Se não houver uma mudança radical no método grevista, Alberto Goldman, que ocupou o lugar de Serra, poderá continuar dizendo que não receberá os grevistas porque a greve é política. A grande concorrência para as assembléias tem sido o motor da paralisação. Terão de romper com o método da passividade e da dispersão, imposto pela direção eleitoreira da Apeoesp.

Ressalta o fato de o sindicato estar sob a direção de um partido adaptado à ordem burguesa. Há a necessidade dos explorados constituírem seu partido marxista e dotarem os sindicatos de uma direção revolucionária.

Um chamado ao PSTU

O POR fez, nos Massas anteriores, uma crítica consistente de boa fé sobre o chamado do PSTU a uma frente de esquerda com o PSOL e PCB. Deixamos claro que não somos contra por princípio de atuar nas eleições com candidaturas próprias. O POR só não o faz devido às condições de seu desenvolvimento partidário, que ainda não lhe permitem conquistar o direito de participação, apoiado na vontade de uma parcela dos explorados.

Mas essa condição não inviabiliza o POR de constituir uma frente nas eleições com as correntes de esquerda, que se dispuserem a combater os partidos da burguesia, empunhando o programa da revolução proletária. Rechaçamos a formulação da frente de esquerda do PSTU por ser oportunista e eleitoreira, e não pelo fato de intervir no processo eleitoral, ou seja, no campo político da burguesia.

A experiência da frente com o PSOL e PCB, nas eleições de 2006, tendo por candidato à presidência Heloisa Helena, comprovou e comprova agora nossas críticas. Não se deve ter a ilusão em uma frente para angariar mais votos. Porém, jogaria um papel progressivo uma frente que unisse as correntes

que se reivindicam do marxismo e da revolução para defender um programa anticapitalista e antiimperialista, e que não se limitasse à propaganda das reivindicações democráticas e trabalhistas.

O fato de se pronunciarem pelo socialismo, marxismo e revolução não significa que são de fato o que proclamam ser. O PSOL é socialdemocrata de esquerda e o PCB é estalinista. Concorde com um programa que defenda destruição do Estado burguês, a violência revolucionária das massas, a expropriação do grande capital, nacionalização das terras, rompimento total com o imperialismo? Acreditamos que não. Mas a forma de saber é convocar uma plenária aberta e democrática a todas as correntes que não façam parte das instituições burguesas e que dizem defender um programa de independência da classe operária.

A seleção que o PSTU faz do PSOL e do PCB depõe contra a formulação de que se trata de uma frente programática classista e socialista. É verdade que o PSOL é formado por um amontoado de tendências. Não obstante, a linha geral do partido é de adaptação ao Estado. Se o PV não tivesse se unido ao PSDB e DEM no Rio de Janeiro, a maioria do PSOL estaria apoiando Marina Silva.

O fracasso da manobra do grupo liderado por Heloisa Helena não modificou no essencial o quadro. O pré-candidato mais à esquerda é Plínio de Arruda Sampaio, que advoga a política social-cristã de oposição responsável e de respeito às formalidades da democracia burguesa. O PCB é um partido apagado. Interessa ao PSTU por ter alguma influência sindical. A sua sombra do passado ainda encanta os centristas de esquerda.

A seleção do PSTU para constituir a frente de esquerda reflete adaptação e não desenvolvimento da tática revolucionária de unir o proletariado e as massas em marcha para a revolução. Militantes de sua base dizem que a frente não se circunscreve ao PSOL e PCB. Não é verdade. O POR se dispõe a participar de uma plenária em que possa se discutir o programa e a tática revolucionários.

Latifundiários assassinam Pedro Alcântara de Souza

No dia 31 de março, Pedro Alcântara foi assassinado pelos pistoleiros que matam por encomenda para os latifundiários. O crime ocorreu a dois quilômetros do centro de Redenção, em uma rua do loteamento Parque dos Buritis, sul do Pará.

O sindicalista era coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). Dirigiu, em 2009, a ocupação das fazendas da agropecuária Santa Bárbara, do corrupto Daniel Dantas. Em outubro, esteve junto com os trabalhadores rurais que ocuparam a sede do Incra, em Marabá, que exigia a desapropriação de seis áreas da região sul do Pará. Pedro Alcânta-

ra tinha sido vereador em Redenção nos anos 90.

O Pará tem sido um dos estados mais violentos contra os camponeses e sem-terra. As lideranças são brutalmente assassinadas e a chacina de Eldorado dos Carajás permanece impune. Os latifundiários, madeireiros e banqueiros como Dantas são os mandantes dos crimes contra os trabalhadores rurais e sem-terra. Estão protegidos pelas leis, pela Justiça e armam milícias e pagam pistoleiros para assassinar as lideranças que os ameaçam.

A classe operária e os camponeses têm de tomar para si a defesa da vida das lideranças do movimento pela terra.

Os dirigentes sindicais ficam indignados com a violência dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais e sem-terra, mas não se colocam por organizar a aliança operária e camponesa e os comitês de auto-defesa para pôr fim aos crimes da burguesia agrária. Não dá mais para ficar lamentando as perdas e se comover com as atrocidades sobre os camponeses. A defesa dos Tribunais Populares para punir os assassinos é de fundamental importância diante de uma Justiça manietada pelos interesses dos que detêm a propriedade privada dos meios de produção.

Punição aos assassinos de Pedro Alcântara!

4ª Semana de luta: Romper a inércia da greve

A greve entrou na quarta semana. O governo não recebeu os dirigentes sindicais e continuou com a campanha fraudulenta de que o movimento não ganhou adesão dos professores e que a maioria das escolas está funcionando. Teve como estratégia não reprimir os grevistas nas manifestações que ocuparam a Paulista, mas agir com dureza nos protestos por ocasião das inaugurações, exemplo de Franco da Rocha e Francisco Morato, e na ida ao Palácio dos Bandeirantes. Temeu, portanto, que a repressão às passeatas gigantescas pudesse arranhar sua candidatura presidencial. Usou o bônus para premiar uma parcela de professores e diretores e divulgou a lista dos aprovados na avaliação por mérito, concedendo um reajuste para 44 mil professores, considerados os melhores da rede. Encheu os bolsos dos donos dos meios de comunicação para esconder as imagens da repressão, das manifestações e penetrar nas casas a campanha mentirosa dos êxitos educacionais do governo do PSDB.

Quebrar esse violento cerco depende da força coletiva e radicalizada do movimento grevista. O que não tem sido possível. A radicalização do movimento se expressa nas assembleias massivas e na exigência de ocupação da Paulista, local proibido pelos governantes. Outras propostas de ação direta, como os bloqueios e a ocupação, têm sido rejeitadas pela diretoria da Apeoesp e pela maioria das correntes de oposição, entre elas o PSTU. Assim, as três assembleias que ocuparam a Paulista se transformaram em caminhadas festivas, que se intercalavam com palavras de ordem eleitoreiras de desgaste de Serra.

Greve Política

Serra procurou golpear a greve com o argumento de que era política. Depois de sua saída, o vice-governador, Alberto Goldman, na sua primeira declaração, o reafirmou.

O governo Serra/Paulo Renato fincaram o pé em dois pilares para derrotar a greve. O primeiro, de que a greve era uma armação do PT para tirar proveitos eleitorais, por isso era política e nada tinha a ver com a educação, que dizia estar de vento em popa. O segundo, a greve não atingiu 1% dos professores, portanto da vanguarda que segue o PT. Com todos os recursos possíveis, fez uma brutal campanha para desmoralizar o movimento.

A fraqueza da direção da Apeoesp está em não conseguir romper essa armadilha. No plano ideológico, o contraponto de que toda a greve é política, porque é o confronto de duas políticas (a do governo e a dos grevistas) não ganhou força entre os professores que resistiam à paralisação e não compareceu como campanha oposta a de Serra. No meio da greve, a diretoria da Apeoesp assumiu que se tratava de uma greve para “quebrar a espinha dorsal do PSDB”, declaração de Maria Izabel. Mais bombardeios dos meios de comunicação contra o movimento. O PSTU aproveitou a situação para confirmar na Folha de São Paulo que o movimento tem conotação eleitoral. Ajudaram também as imagens divulgadas do evento em que comparece a presidenta da Apeoesp com a candidata do PT, Dilma Roussef, no ato das mulheres metalúrgicas. Há uma desconfiança de uma camada de professores, que dificilmente será demovida em favor das reivindicações da greve. Por isso,

no plano ideológico há um comprometimento em função da estatização dos sindicatos e do apoio ao governo Lula.

A única arma para a combater a campanha de Serra está na adesão ao movimento e nas mobilizações diárias dos grevistas. A diretoria da Apeoesp insiste nas assembleias semanais e, com isso, os grevistas ficam dispersos na maior parte do tempo e sob forte influência da propaganda antigreve do governo.

Autoritarismo e punições

O governo Serra é violento e autoritário. Nega-se a abrir negociação com os grevistas. Fugiu da audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa. Tem fechado a Secretaria da Educação nos dias de assembleias. Acusou as direções de não protocolar as reivindicações. Trata a greve com mãos de ferro.

Desde o início, ordenou que as diretorias de ensino indicassem o número de professores em greve por escola. É claro numa tentativa de intimidar uma parcela de professores. Obrigou os diretores a cortarem o ponto, como forma de aterrorizar com os descontos. Orientou seus serviços que ocupam postos nas escolas a demitirem os contratados (categoria O) e ameaçarem os demais temporários com cessação de contratos. Sem publicar nenhuma resolução ou decreto, Serra impõe o autoritarismo contando com os diretores, supervisores e dirigentes de ensino.

O objetivo é intimidar e criar o terror dos descontos de um mês de greve. Há uma tática dos repressores que é sempre a mesma: punir e cortar os meios de sobrevivência. Serra e seus seguidores não fazem senão reproduzir a lei do patronato contra os que lutam contra a exploração do trabalho.

O enfrentamento ao autoritarismo e às punições depende da coesão do movimento, da unidade com os trabalhadores e estudantes e das manifestações massivas de rua.

Dificuldade em superar os problemas

As medidas impostas pelo governo são muitas. Entre elas: a) a profunda divisão dos professores, efetivos, efetivos em estágio probatório, Ofas F, Ofas L e Ofas O. Cada um com inúmeras restrições para impedir que se unifiquem; b) a aplicação da prova para contratação de temporários, que separou os aprovados dos reprovados; c) a implantação da avaliação por mérito como forma de obter reajuste salarial; d) o fechamento de salas e o desemprego; e) a lei que restringe o direito as seis faltas abonadas e leis que são de escravidão para os novos contratados.

O professorado foi fatiado e sobre ele foi despejada a responsabilidade da aprendizagem dos alunos. O governo dividiu, selecionou os considerados “bons”, segregou os Ofas F reprovados que não conseguiram aulas (horas de permanência sem entrar na sala de aula) e impôs leis destruindo direitos aos novos contratados, a exemplo do número de faltas.

O PSDB conseguiu impor essas medidas com pouca resistência dos sindicatos. A greve de vinte e um dias em 2008 arrancou o mísero reajuste de 5% e permitiu que a direção sindical utilizasse a Justiça para anular as provas dos Ofas. Mas em 2009, as assembleias foram esvaziadas, as convocações eram limitadas e os professores não acreditaram que o governo pudesse agir

de forma tão truculenta. Por sua vez, a diretoria aproveitou o imobilismo para combater as propostas de greve. Serra de mãos livres aplicou a prova aos Ofas, realizou a avaliação por mérito (apesar do boicote da Apeoesp), classificou os professores em aprovados e reprovados, atribuiu as aulas de acordo com o seu critério e se recusou a reajustar os salários.

O fato de não responder de pronto os graves problemas acabou gerando outros. A parcela aprovada na prova assumiu as aulas, os que ficaram desempregados se dispersaram e o ano letivo iniciou. Os que estavam empregados foram alimentados pela campanha governamental em torno do Bônus e de estar na lista dos aprovados por mérito.

A greve foi deflagrada tardiamente. Depois de quinze dias que aulas iniciaram, foi realizada a assembléia da greve. A direção procurou reverter o imobilismo e convocou para a assembléia do dia 5 de março. Apesar de ser massiva, estava sob o controle da direção da Apeoesp.

Reivindicações e comando de greve sob o controle da Diretoria

As principais reivindicações aprovadas foram: “reajuste imediato de 34,3%; incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; por um plano de carreira justo; contra as avaliações excludentes (provão dos ACTs/avaliação de mérito); revogação das leis 1093,1041,1097 e concurso público classificatório.

A Corrente Proletária defendeu a proposta de estabilidade a todos independente do tempo de serviço; piso salarial equivalente ao salário mínimo vital; emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho.

No momento da votação do eixo da greve, foi defendido também pela Corrente Proletária a eleição direta do comando de greve e da comissão de negociação. Argumentou que o comando deve ser constituído pelos melhores lutadores e que o mandato que se inicia na assembléia pode ser revogado a qualquer momento e encerra com o fim do movimento. Mostrou que o Conselho de Representantes não poderia cumprir esse papel, haja vista seu objetivo e as denúncias de conselheiros fura-greve, que não acatam as decisões de assembléia, a exemplo da prova por mérito. A diretoria recusou a colocar em votação e se apoiou no estatuto do sindicato para dar legitimidade o Conselho como comando geral da greve.

As limitações das reivindicações e a ausência de democracia sindical na condução da greve são elementos que criam desconfiças na classe. As denúncias de conselheiros fura-greve estão presentes em todas as reuniões do Conselho e são obstáculos para ganhar adesão daqueles que resistem a entrar na luta.

Está aí por que dizemos que a greve nasceu comprometida e dificilmente teremos condições de reverter essa situação.

Responder às táticas estranhas

Como o comando de greve é o Conselho de Representantes, as discussões sobre a condução da greve são aprovadas nesse organismo. O debate de posições permitiu verificar as linhas das correntes políticas que militam na Apeoesp. A maioria votou contra a estabilidade, o comando de greve eleito nas assembléias, os bloqueios e a ocupação.

Diante do intransigência do governo, o PT e o PCdoB (ala ma-

joritária da diretoria) propuseram um culto ecumênico na Praça da Sé, no momento da realização da assembléia. Foi mais longe, defendeu a constituição de uma comissão para ir à missa no sábado, semana chamada “santa”. Pretendiam dar um conteúdo religioso, cristão, pacifista para a greve, como forma de obter apoio. Os estalinistas do PCdoB foram os mais ardorosos na defesa de levar a greve para o seio da Igreja. A Corrente Proletária rechaçou essa posição piedosa e servil e defendeu ganhar as ruas, bloquear e ocupar por meio de ações coletivas. O PSTU ficou no meio do caminho. Para combater o ato religioso, disse que a greve tinha dois perigos: a proposta da direção e a da ocupação, porque ambas desmobilizavam os professores. A diretoria testou na assembléia do Palácio a proposta de ato religioso na Praça da Sé, mas a assembléia estava radicalizada para seguir rumo ao Palácio e, temendo derrota, não seguiu em frente na defesa.

Outro momento importante de debate no CR, dia 31, foi quando o PSTU colocou que era necessário constituir uma “comissão de notáveis” para interceder junto ao governo. No lugar da Igreja defendida pela diretoria, o PSTU colocou-se por uma “comissão de notáveis”. A burocracia desqualificou a proposta com o argumento de que os “notáveis somos nós”, mas em seguida confessou que já vinha fazendo desde o início da greve e que usou o Conae (Congresso Nacional de Educação) para procurar personalidades para o apoio à greve. Mas disse que não estava tendo sucesso. A Corrente Proletária rejeitou a proposta do PSTU dizendo que a greve é uma das manifestações da luta de classe. Os tais notáveis são na verdade os defensores da política governamental, a qual os grevistas estão em pé de guerra.

Esses exemplos mostram o quanto a diretoria da Apeoesp e correntes de Oposição assimilam e praticam idéias e métodos estranhos a luta dos oprimidos. A classe dominante e seu governo dizem que a greve é de “baderneiros” (não foi o que disse o jornalista vendido Gilberto Dimenstein?). A direção quer responder anulando a revolta dos grevistas. Alimenta a idéia do professor “bonzinho”, “prestador de serviços –doadores de sangue”, “educador disciplinado, ordeiro” etc. Essa via não permite enfrentar o governo, porque enfraquece o ódio de classe e dissolve a capacidade coletiva de combate, fundamentais para arrancar as reivindicações. Basta ver que o governo é truculento, usa mentiras e tem todos os meios de comunicação para fazer propaganda contra a greve.

PSOL (“Escola na Luta”) sinaliza com a suspensão da greve

Já no início da greve, na reunião do CR, um dos dirigentes de Itaquera desse agrupamento colocou obstáculos para a deflagração da greve no dia 5 de março. Mas não teve força para defender na assembléia. No CR do dia 26, outro dirigente da Escola na Luta que compõe à diretoria da Apeoesp se contrapôs à ida ao Palácio e defendeu que a manifestação fosse na Assembléia Legislativa. Na reunião de 31, outro militante de Cotia dessa organização defendeu a suspensão temporária da greve, por duas semanas. Na última assembléia, o PSOL se juntou à proposta da burocracia de assembléia na República, sem manifestação na Paulista. Como dividiu a votação, a diretoria retirou a proposta, passou por cima do PSOL, e concordou com a Paulista. Sabia que sua proposta seria derrotada.

O PSOL, com sua corrente sindical “Escola na Luta” e, agora dirigindo “Unidos para Lutar”, que agregou a FOS, é um

partido social-democrata, que sai das entranhas do PT e que levou consigo a política da democracia parlamentar. No movimento grevista, tem comparecido como a ala receosa da greve e dos métodos mais radicalizados.

Momento decisivo da greve

Está claro que a diretoria da Apeoesp prepara o fim da greve. A proposta de transformar o movimento de combate em ato religioso foi um sinal. O enfrentamento que travou contra as posições da Corrente Proletária (POR) de não potencializar o movimento de massa ampliando o método de luta das manifestações de rua para bloqueios e ocupações indicou desde o início que não estava decidida a quebrar a intransigência do governador, completamente previsível.

A greve profundamente dividida só poderia ganhar força caso os grevistas tomassem em suas mãos a tarefa de estender

Notas sobre a greve

Os passos até agora

Não foi à toa que os professores terminaram o ano de 2009 e iniciaram o ano de 2010 em assembleias e reuniões. A revolta contra as medidas do governo Serra que levaram ao aumento do desemprego e do subemprego, e à manutenção do arrocho salarial e das péssimas condições de trabalho conduziram o magistério paulista a decretar greve em 05 de março. A primeira semana de greve foi a semana do “Basta”. Dezenas de milhares de professores paralisaram as atividades, centenas de escolas fecharam as portas e a propaganda enganosa do governo na mídia fez com que a raiva, o ódio, tomasse conta dos trabalhadores da educação. O magistério atendeu o chamado do sindicato, pôs-se de prontidão, esperando as próximas orientações da direção.

O reajuste de 34,3% e o fim das avaliações a contratados e a efetivos da rede era a liga que unificava todas as cidades do Estado. Ainda que pesassem desconfianças de setores quanto à política da APEOESP, UDEMO, CPP e APASE, e embora o governo usasse artilharia pesada ameaçando os grevistas com os descontos, o não pagamento do bônus, a demissão, etc., a assembleia do dia 12 de março trouxe para a av. Paulista, centro financeiro da capital, mais de 40 mil professores. Ansiosa a massa de trabalhadores, queria ver atendidas suas reivindicações. Acreditava na justeza do movimento e supunha que o governo logo se curvaria diante da expressiva paralisação.

O governo, de um lado, desqualificou o movimento e tornou a ridicularizar as reivindicações; de outro, a direção sindical, composta majoritariamente pelos petistas, apostou na passividade e na possibilidade de o movimento caminhar sozinho sem qualquer medida mais radicalizada; pôs fé que o assembleísmo semanal seria suficiente para arrancar do governo a mesa de negociações.

A proposta dos bloqueios de rua e de manifestações diárias pela capital e principais cidades do interior, apresentadas no dia 12 foi rechaçada pela direção. O espontaneísmo da massa de professores reunidos na Paulista não garantiu a “desobediência” à orientação política. O máximo que a maioria dos grevistas fez foi seguir a orientação da ala minoritária da direção, Oposição Alternativa, ligada ao PSTU, a qual defendeu que a próxima assembleia fosse ainda na Avenida Paulista e não na Praça da Sé ou Praça da República como queriam os petistas.

Dia 19 marcava a segunda semana de greve e demonstrava a neces-

a greve para a parcela resistente por meio dos piquetes. A passividade dos grevistas alimentou a resistência dos não-grevistas. E a ostensiva negativa dos não grevistas atingiu o espírito de combate dos grevistas. Isso permitiu que o espaço entre uma assembleia e outra fosse utilizado para que cada escola decidisse se mantinha a greve ou não, permitiu que a ação do governo jogasse os não grevistas contra os grevistas.

A afluência massiva dos professores às assembleias e manifestações refletia disposição de manter a greve. Contraditoriamente, os grevistas se acomodaram à diretriz pacifista e dispersiva, imposta pela direção.

É preciso ter claro o impasse da greve para modificar seus métodos. A assembleia de quinta-feira, dia 8, será decisiva. Ou os grevistas assumem a tarefa de constituir piquetes massivos, aumentar as atividades coletivas nas ruas, bloquear avenidas; ou a diretoria fará o desmonte.

sidade que o movimento tinha de ver atendidas as suas reivindicações rapidamente. A radicalização que a Corrente Proletária defendia desde o início mostrava-se mais urgente. Por isso, mesmo com a resistência da Direção, foi aprovada a ida imediata à Secretaria da Educação para arrancar a negociação, impondo-a ao governo e não aguardando o seu pronunciamento. Não obstante essa aprovação, a Direção petista majoritária com a conivência do setor minoritário, manobrou e impediu que a ida fosse de fato imediata. A entrada dos milhares de grevistas na sede da Secretaria da Educação não ocorreu. E mais uma semana se passou.

A ida ao Morumbi, perto do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo, foi aprovada para o dia 26. Uma parte dos professores já esmorecia diante das mentiras do governo em relação ao movimento, no entanto a convicção de que ele tinha de responder levou a aprovação da assembleia seguida de passeata até o Palácio. Ainda que a direção majoritária reafirmasse seus métodos pacifistas e, inclusive, jogasse com a defesa de um ato religioso para a próxima semana, o que os professores queriam era enfrentar Serra, ir em passeata e exigir uma resposta do governo. Mas este já tinha preparado seus cães de guarda e armou uma repressão gigantesca contra os manifestantes. As prisões, as balas de borracha e as bombas de gás dispersaram a multidão e impediram que os grevistas chegassem às portas da sede do governo.

A repressão contra os professores ganhou os principais jornais e permitiu mostrar à população o caráter autoritário e repressivo do governo. A reunião com adjuntos da Casa Civil para negociar não deu em nada. Mas o governo reconheceu a greve, dizendo que só negociava quando a paralisação fosse suspensa.

Nova assembleia dia 31 de março na Av. Paulista. A direção sindical organizou junto a outros sindicatos do funcionalismo o “Bota-Fora de Serra”, que se afastou para concorrer à presidência. Os grevistas, cansados da política passiva do assembleísmo, seguiram logo em passeata para a Praça da República para exigir negociação junto à Secretaria de Educação. Mais discurso da direção, nenhuma proposta de ação radicalizada. Não houve ocupação do prédio da Secretaria, não houve bloqueios. Mais uma vez, o ato terminou e os professores grevistas voltaram para suas casas sem um resolução firme do que fazer. O dia 08 de abril definirá o movimento e conduzirá à vitória ou a derrota da greve.

Bloquear e Ocupar devem ser as palavras de ordem

Esse pequeno histórico do movimento até agora mostra a força e a convicção dos professores para enfrentar a truculência do governo e demonstram que as reivindicações são a fortaleza do movimento. Em torno delas, os grevistas enfrentam todas as dificuldades de uma dura greve que atinge a marca de um mês.

A direção da APEOESP e dos sindicatos que a acompanham, porém, tem posto a perder essa potencialidade do movimento massivo por sua política pacifista e legalista. A orientação política de não se chocar com os fura-greves, de não organizar manifestações radicalizadas e de não implementar a mais ampla democracia na condução do movimento são elementos desagregadores que atuam contra a vitória da greve.

A política da direção é fundamental para conquistar os pontos da pauta de reivindicação. O papel que ocupam os trabalhadores do magistério na produção social não nos permite apostar no simples cruzar de braços. A paralisação das escolas e dos professores não é condição suficiente para a população colocar-se do lado do movimento nem leva à derrota do governo. Por isso é que defendemos desde o início do movimento

as ações diretas, de massa, que coloquem o governo contra a parede, exigindo dele o atendimento da pauta. As ações radicalizadas como o bloqueio de avenidas e estradas e a ocupação de prédios públicos permitem que o movimento se projete nacionalmente, impondo uma rápida resposta dos politiquinhos de plantão. A negociação é consequência dessa firme resolução política de enfrentar o governo nas ruas.

Os petistas que acreditam nas instituições burguesas, como a Justiça do Trabalho, Assembleia Legislativa supõem que a simples pressão seja suficiente para arrancar dos governos as reivindicações dos trabalhadores. Em nossos movimentos, essa orientação mostrou-se já em 2008 extremamente danosa; agora em 2010, o erro volta a ocorrer, mas uma parcela dos professores já exige radicalização da greve.

Nada de passividade! Voltaremos a defender a ocupação e o bloqueio e com as

manifestações diárias, que imponham as notícias nos principais jornais e na mídia nacional, o governo atenderá nossas reivindicações e o movimento sairá vitorioso.

Oposição Alternativa resiste às ações radicalizadas

Apesar de minoritária na composição da diretoria da APEOESP, a Oposição Alternativa demonstrou dirigir boa parte das assembleias, quando se chocou com a burocracia majoritária. A defesa das assembleias na Av. Paulista evidenciou que os petistas não podem conduzir sozinhos os rumos do movimento. O papel da Alternativa, que se mostra indiferente às propostas mais radicalizadas de outros setores da Oposição, acaba reforçando a política dominante para a greve, que é a passividade e o pacifismo. O que determina a justeza das ideias das correntes políticas é a sua prática no movimento e as propostas que levantam para fazer avançar a luta. Na greve, a Alternativa repete também os velhos erros do passado, quando se opõe apenas em alguns aspectos à burocracia majoritária e quando não apresenta para o movimento as saídas para os impasses que a própria luta coloca.

O consentimento do PSTU e dos setores da Alternativa à

condução da greve pela Articulação/PT não representa um respeito à unidade do movimento, mas uma falta de orientação independente que faça a greve alcançar a vitória. Tanto é assim que o PSTU vai aos jornais reforçar o ataque da mídia burguesa contra a APEOESP, reafirmando que a direção é petista, mas há várias “correntes de pensamento” no interior do sindicato.

Diante do ataque orquestrado pelos partidos governistas, o PSTU e todos os setores ligados a APEOESP devem defender as reivindicações e combater a criminalização do sindicato. As disputas internas que existem no sindicato não podem servir como pretexto para alimentar a política burguesa que visa a destruir a organização dos trabalhadores. Esse é mais um erro da ala minoritária da direção, que deve ser rechaçado e corrigido.

A vitória ainda é possível, depende da disposição dos lutadores e da política das direções que hoje estão à frente do movimento.

Derrotar nas ruas a intransigência do governo

Não é de hoje que os governos estaduais afirmam que não podem pagar o que os sindicatos do funcionalismo reivindicam. Os 34,3% de perdas salariais correspondem a um curto período de inflação acumulada, ou seja, de 2005 a 2009. Por si só esse índice é pífio perto das verdadeiras perdas salariais acumuladas nos últimos 30 anos, que ultrapassam 300%. Mas nem essa esmola de 34,3% o governo quer pagar. Alega que pode gastar no máximo 46,55% do orçamento com o funcionalismo, segundo determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, aprovada há anos atrás por FHC e hoje ainda mantida pelo governo Lula/PT. Segundo seus assessores, é gasto 42% do orçamento com salários. E que a reivindicação de 34,3% causaria um impacto de R\$ 8,7 bilhões a mais na folha, distribuídos em R\$ 3,5 bi para a Educação, R\$ 2,5 bi para Segurança, R\$ 1,5 para Saúde e R\$ 1,2 bi para o vale refeição. Portanto,

estouraria o limite máximo permitido por lei.

Ainda mais: chegou a afirmar que já repôs os 33% da inflação nos salários, à medida que elevou o gasto com a folha de salários de R\$ 7,8 bi para os atuais R\$ 10,4 bi. Disse que o orçamento total da educação é de R\$ 16 bi, e que além dos 10,4 bi pagos em salários investe R\$ 5,6 bi em benfeitorias como transporte, merenda, obras, material etc. Conclui que isso trouxe avanço na qualidade da educação e aumentos reais de salários.

O governo diz que os salários estão reajustados, não negocia com os sindicatos e reprime o movimento grevista. Quebrar a intransigência do governo é a tarefa da greve.

A Corrente Proletária trabalha para a vitória da greve. E chama os trabalhadores, os estudantes a apoiarem o movimento, que na sua essência é a defesa da escola pública e gratuita contra a política de destruição do ensino.

Itaquera

Posições do PSOL (Escola na Luta)

A greve do magistério acontece logo após as eleições regionais. Em Itaquera, quem dirige a subsede é a corrente ligada ao PSOL, Escola na Luta. Sofre o isolamento com a ausência da corrente Conspiração Socialista, que não aceitou a proporcionalidade na composição da direção regional. Teve de assumir a direção sozinha.

No início, quando se discutia a greve, a Escola na Luta considera que o momento impróprio para decretá-la, pois dizia que a classe não ouviria o chamado do sindicato. A greve foi decretada e onde havia a ação do comando, os professores paralisavam. O movimento grevista só não é mais forte na região porque os comandos são constituídos de poucos grevistas.

Na reunião da regional de terça-feira, depois de três semanas de greve, o setor do PSOL defendeu que era necessário um recuo tático, porque a greve poderia ficar nas mãos da vanguarda, que estava cansada e debilitada. Segundo essa corrente, a continuidade da greve seria impor uma derrota à vanguarda. Com essa posição, compareceu no Conselho de Representantes propondo a suspensão temporária. Só não defendeu na assembleia porque não encontrou nenhum setor que pudesse referendar essa posição. A Articulação/PT, mesmo sinalizando

o fim da greve, precisou sustentar a continuidade para não parecer que a greve era política, como dizia Serra. O “bota fora de Serra” não poderia ser confundido com o “fim da greve”.

Conspiração Socialista

A Conspiração Socialista, que dirigia a subsede da Apeesp e perdeu para a Escola na Luta, ficou em cima do muro. Defendeu que a Assembleia regional não deliberasse sobre a continuidade ou não da greve e que aguardasse a decisão da assembleia estadual. Veja a que ponto chega a abstenção desse agrupamento que compõe a Oposição Alternativa.

Corrente Proletária

A Corrente Proletária defendeu a greve continuidade da greve. Criticou os métodos que levam o amortecimento da luta. Ressaltou o argumento de que a passividade do movimento levará a sua derrota. Propôs a radicalização por meio de ações coletivas. Defendeu os piquetes de greve para paralisar os professores que resistem à luta. E mostrou a importância da democracia sindical, que se expressa na aceitação das decisões coletivas aprovadas nas assembleias.

A traição da diretoria da Afuse (funcionários da educação - QSE/QAE)

A diretoria da AFUSE, no dia 05/03, convocou os funcionários de escola (QSE/QAE) para participar da Assembleia geral da educação. Mas se apressou em realizar consultas individuais para saber se os funcionários queriam ou não a greve. Trata-se de uma manobra para dizer que a maioria dos representantes não aceitava a unificação com os professores e que somente duas regiões se posicionaram favoravelmente. Usou as velhas fórmulas dos burocratas de responsabilizar os trabalhadores de não aceitar a decisão da greve. Com isso, se livra das críticas e procura sair como cumpridora das decisões das bases. Nada mais falso! A burocracia não convoca assembleias, não prepara os funcionários para enfrentar o governo, despreza as reivindicações e alimenta a ilusão de que é possível arrancar conquistas sem luta.

No ano de 2009, nem mesmo o Conselho Estadual de Representantes se reuniu. Enviou vários ofícios pedindo negociação, mas o governo deu as costas. No dia da assembleia unificada da educação, 5/3, a diretoria alimentou a falsa esperança de que era possível negociar com o governo sem aderir a greve.

Burocratas estão curvados diante do governo

Os funcionários das escolas estão vivendo como pedintes. Recebem R\$1,90 por hora e os que trabalham nas Diretorias de

Ensino vivem com R\$1,87 por hora, são chefes de seção, tomam conta da vida funcional de todos os trabalhadores da educação e estão beirando à aposentadoria. O argumento do governo é de que possuem baixa qualificação profissional. A burocracia não move uma palha.

Veja a que ponto chega a pelegada da Afuse. A diretoria diz que o governo acenou para uma negociação. Disse que receberia a AFUSE até o dia 18/03. Recebeu no dia 24/03. Mas pediu um prazo para os burocratas de 3 semanas para estudar as reivindicações. Os vendidos cantaram vitória. Os trabalhadores das escolas sabem o que não virá nada.

Somente a luta e a unidade com os demais trabalhadores da educação poderá arrancar as reivindicações

A diretoria da Afuse não organizou a greve com os demais setores. Subiu no caminhão do som para se colocar contra e depois correu atrás do governo na tentativa de catar alguma esmola. O resultado está aí. Nada foi oferecido. Os professores estão em greve e os funcionários permanecem nas escolas, como se o movimento não fosse o mesmo.

Cabe aos funcionários de escola organizarem o movimento de oposição para combater a burocracia vendida que se aposou do sindicato.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Associação de professores universitários da Bahia (APUB): Burocracia promove desfiliação do Andes

A Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) foi fundada em 06 de agosto de 1968, como parte da luta da categoria contra a ditadura militar e pela reorganização na defesa de direitos e condições de trabalho. Na época as universidades sofriam com a mão de ferro da ditadura militar, que promovia torturas, perseguições, mortes e desaparecimentos. Um fato marcante desse período foi a invasão promovida pela polícia militar da Faculdade de Economia da UFBA. A associação assistiu e fez parte do ascendo e declínio da luta de classes durante a década de 1980 e da reação burguesa com as políticas neoliberais de destruição de direitos e garantias historicamente conquistados pelos trabalhadores e servidores públicos nos anos 1990.

Como ocorreu com os sindicatos, centrais e organizações controlados pela burocracia reformista do PT, PCdoB e partidos burgueses (PDT e PSB), após a subida de Lula ao poder em 2002, foi transformada num apêndice das políticas do novo governo, intensificando a sua burocratização e estatização. Hoje, a direção dissemina e aplica frente à entidade e à categoria dos professores uma política de conciliação de classes e de apoio aberto às medidas tomadas pelo governo federal de ataque à educação e ao ensino superior, bem como aos direitos e reivindicações dos professores universitários.

Entretanto, nos últimos anos, abriu-se uma situação de luta política, com a cisão promovida pelo PSTU da CUT e a formação de uma nova entidade.

Segundo o PSTU, a burocratização da CUT havia se transformado qualitativamente em estatização com a subida de Lula ao poder, não havia democracia proletária e condições de resistência, luta e derrota da burocracia petista no interior e pelos canais controlados pela direção da entidade e, o mais interessante, havia um movimento de trabalhadores de rompimento com a CUT, elementos que, em conjunto, supunha, justificavam a criação de uma nova central. Para tanto, essa política do PSTU teve ressonância na esquerda, estimulando outras cisões como a promovida pelo Psol (Intesindical) e pelo PCdoB (CTB).

A política de fragmentação do movimento operário, popular e estudantil promovido pelo PSTU e seguido por outras correntes, ao contrário de concorrer para a unidade dos explorados, levou a uma corrida de vida e morte das burocracias por controlar setores dos movimentos sociais (e, portanto, fatias das verbas federais para as centrais e sindicatos). Na atualidade, várias centrais (entre elas a CUT, Conlutas, Intersindical, CTB, FS etc.), disputam entre si pela posse das entidades, organizações, associações e sindicatos e a tendência é de intensificação da luta pelos aparelhos sindicais. De um lado, o PSTU e Psol tentam consolidar a cisão e realizar fusão da Conlutas e Intersindical, para formar uma nova central; de outro, a CUT e CTB rechaçando a ação do PSTU e Psol, procurando desfiliação os sindicatos da Conlutas (no nosso caso da Andes, hoje ligado a Conlutas), reintegrando-os à CUT (ou à CTB).

É o que está ocorrendo neste momento em todo o país com as associações de professores universitários ligados ao Andes,

mas dirigidos pela burocracia petista. É o caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No dia 18 de março deste ano, a direção da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), hoje Sindicato dos Professores das Universidades Federais da Bahia, realizou uma assembléia da categoria com o objetivo central de referendar o resultado do plebiscito, ocorrido no dias 16 e 17 de junho de 2009, que tratou sobre a desfiliação da associação em relação ao Andes e integração ao Proinfes (Fórum de Professores das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior). Além disso, a burocracia pretendia aprovar a proposta de estatuto da entidade e dar encaminhamento às medidas jurídicas necessárias para sacramentar definitivamente o processo de ruptura com o Andes.

Para tanto, além de passar por cima de requisitos estatutários mínimos de convocação de uma assembléia, a burocracia tomou todas as precauções para evitar qualquer resistência por parte da oposição à política da direção do sindicato, como, por exemplo, limitar o número de intervenções, tratando com indiferença propostas e encaminhamentos da oposição, considerando apenas as posições e encaminhamentos dos professores que apóiam a aventura da desfiliação do Andes. Fora isto, tentou-se desqualificar moralmente a oposição, procurando passar a impressão de que estavam na assembléia apenas para tumultuá-la. Portanto, a direção agiu como rolo compressor frente a oposição, violentou a democracia proletária e impôs de cima a baixo as suas posições políticas. Tratou-se de uma assembléia esvaziada, tendo comparecido apenas 32 pessoas, em meio a quase 3.000 filiados, pertencentes à Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e ao Instituto Federal da Bahia (IFBA).

A petulância e influência política da burocracia, que apóia abertamente a política de conciliação com os governos estadual (Jaques Wagner) e Federal (Lula) do Partido dos Trabalhadores (PT) e age como instrumento de ressonância do reformismo (defende o REUNI, as mesas de negociação e a reforma universitária) e bloqueio da luta de classes na categoria corresponde contraditoriamente à fraqueza da oposição, que é pequena, dispersa e politicamente desorganizada. É composta majoritariamente por independentes e militantes do PSTU. Não fez nos últimos anos um trabalho político de base sistemático e consistente, que pudesse impor uma derrota político-programática à burocracia petista e avançar na luta de classes entre os professores.

Neste sentido, a política defendida e aplicada pelo PSTU em nível nacional de ruptura com a CUT e formação de uma nova central, reeditada mais adiante pelo Psol com a Intersindical e pelo PCdoB com a CTB, está na base da luta desenfreada das burocracias petistas e reformistas em numerosas entidades e sindicatos por rechaçar a filiação à Andes, que integra a Conlutas atualmente. De fato, o PSTU não tem qualquer possibilidade política nem moral para criticar a divisão proposta pela bu-

rocracia, tendo em vista que aplica nos sindicatos que controla a mesma política de cisão da CUT e filiação à Conlutas.

Neste sentido, avaliamos que a formação de oposição forte e consistente, com uma intervenção sistemática na categoria e um trabalho de base permanente só pode ter por base uma política revolucionária. Uma política que possa debater a fundo os problemas da educação e da universidade públicas, que se coloque frontalmente contrário ao ensino privado em todos os níveis, que defenda que as verbas públicas sejam aplicadas exclusivamente no ensino público, que se coloque na linha de frente na defesa dos direitos e reivindicações da categoria, que defenda a unidade dos explorados e a ação direta das massas (manifestações, greves, ocupações, bloqueios de ruas, avenidas e prédios), que combata sem tréguas as políticas e medidas do

governo contra os trabalhadores e servidores públicos, que levam ao processo de esgotamento e desagregação das universidades e da educação, logicamente em benefício do ensino privado e dos capitalistas da educação, que apoiam e financiam o governo petista.

A militância do POR denuncia a burocracia e o erro da desfiliação do Andes, que apenas reforça o divisionismo e a fragmentação dos trabalhadores, enfraquecendo-os diante do capital e do governo. A tarefa consiste na retomada e fortalecimento do trabalho da oposição junto à base. A nossa intervenção potencializará a formação da Corrente Proletária da Educação e a elaboração de um Boletim da CPE, que constituam canais de defesa das idéias revolucionárias no seio da entidade e de reorganização da categoria de professores.

Greve dos trabalhadores da educação de Rondônia

Os trabalhadores em educação do estado de Rondônia completam hoje, 1º de abril, 20 dias de greve. Iniciou com forte adesão da maioria das escolas da capital, que fecharam os portões. A adesão continua alta, mais de 80%. Ressalta a participação dos grevistas nas manifestações, apesar das ameaças de prisão, perseguições e repressão policial.

Movimento grevista enfrenta a repressão do governo

Há unidade entre professores, merendeiras, zeladoras e outros trabalhadores das escolas. O governo Cassol/PP, no decorrer dos seus quase oito anos de mandato, não havia experimentado tamanha greve contra o arrocho salarial. Outros setores do funcionalismo do estado ameaçam entrar em greve e se pronunciam em defesa do fortalecimento da luta dos trabalhadores em educação. O sindicato das mulheres dos policiais apóia a greve do SINTERO e ameaça entrar em greve, caso o governo não atenda as reivindicações dos policiais. O Sinsaúde também está se organizando para a luta. A revolta do funcionalismo tem provado a ira do governador, que aciona a Justiça para julgar a greve como ilegal, que ameaça com multas diárias ao sindicato, que usa o carro de som para percorrer as ruas pedindo que os pais mandem seus filhos à escola, que chama o Comando de Operações Especiais (COE)

para amedrontar e bater nos grevistas durante as manifestações. Mas nada disso tem surtido efeito. Pelo contrário, a greve conta com adesões dos pais e alunos, que tem participado das manifestações.

Os trabalhadores para conquistar seu direito à existência, contra as perdas acumuladas desde 2003, têm impulsionado os métodos de ação direta. Ocuparam a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a Assembléia Legislativa e por fim as escadarias do palácio do governo. Para isso, passam por cima da burocracia do sindicato, que ao ver os policiais de guarda no palácio conclamam o respeito à legalidade e à ordem.

Ao invés de preparar a resistência dos grevistas e o combate à violência policial do governo, a burocracia se apegava ao pacifismo. O acontecimento mais violento ocorreu quando os trabalhadores da educação, cumprindo a decisão de assembléia de subir as escadarias do Palácio, fazer o velório de Cassol e lavar as escadas para simbolizar a varredura da corrupção, foram duramente reprimidos. Sete grevistas ficaram feridos. A situação não foi pior porque uma multidão tomou as escadarias, obrigando o recuo da repressão.

A vitória da greve depende da força coletiva da classe, do apoio dos trabalhadores e estudantes e do combate às posições legalistas da burocracia sindical.

Movimento

Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) balanço político diante da conjuntura nacional

O Movimento dos Sem Tetos da Bahia – MSTB conta seis anos de existência desde a sua primeira ocupação histórica, conhecida como *km12*. É fruto de uma dissidência política no Movimento Sem Teto de Salvador – MSTS e adota, a partir daquele momento, a estratégia de ocupação de terrenos urbanos, enquanto a fração restante – MSTS – ficaria com a ocupação de prédios abandonados e ociosos. Ambos ocupam imóveis que não cumprem “a sua função social”, sujeitos, portanto, à desapropriação por interesse social, conforme prevê a Constituição burguesa. O MSTB luta pelo direito à moradia, mas, em seus embates com os governos e o Estado burguês (pela negativa de direitos, indiferença com a miséria social e a falência dos programas de habitação) coloca-se na ordem do dia a discussão sobre a possibilidade de se resolver o problema da habitação no capitalismo, apontando

para a luta anticapitalista e para o socialismo.

Ao longo de sua história, o movimento tem realizado avanços e recuos na consecução de seus objetivos estratégicos, seja pelas reiteradas tentativas do governo do Estado da Bahia (de Jaques Wagner-PT) de manter o movimento acorrentado à chamada Mesa de Negociação Permanente com o Governo do Estado da Bahia (através da SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano), seja pela necessidade de retomada e intensificação da ação direta das massas, através de manifestações de rua, novas ocupações e atividades contínuas de formação política (instituição do Núcleo de Formação Política do MSTB), como instrumentos de conquista das moradias e de fortalecimento da ação dos explorados contra o processo de exploração capitalista.

Desde 2003, o MSTB ampliou o número de ocupações em Salva-

dor e no interior da Bahia. Hoje tem sob a sua bandeira dezesseis ocupações na capital, sendo a maioria na região conhecida como *Subúrbio Ferroviário* e onze no interior, totalizando o montante de vinte e sete ocupações, com forte tendência de crescimento em direção ao interior. Enfrenta, portanto, o desafio de organização de sua base (maior ao se tratar das ocupações no interior do Estado) e de formação contínua de quadros políticos para assumirem as tarefas de direção do movimento. Em sua tática de luta por condições adequadas de moradia, organizam-se ocupando prédios ou terrenos urbanos – públicos ou privados – ociosos e negligenciados pelo poder público, além de realizarem manifestações públicas e ocupações de prédios governamentais (por exemplo, SEDUR e Governadoria do Estado da Bahia). Atualmente, o MSTB tem buscado, ainda, articulação nacional com outros movimentos sociais em luta pela moradia através do Fórum de Resistência Urbana no intuito de fortalecimento de sua luta e dos demais movimentos que compõem a Frente.

O MSTB abriga, majoritariamente, setores de partidos políticos caracterizados como pertencentes à chamada *esquerda*. Assim, tem entre seus quadros militantes e dirigentes do PSOL, PCdoB e PT. Sofre, por vezes, tentativas de penetração de setores de *direita*, como o PMDB, que, no entanto, não têm logrado êxito em constituírem base no movimento. O MSTB atualmente encontra-se sob a direção do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL (do qual fazem parte as suas mais expressivas lideranças). Há, evidentemente, setores que defendem o apartidarismo e se colocam contrários à intervenção dos partidos e organizações.

Em sua experiência política na luta de classes e na relação com os partidos e governos, o MSTB tem enfrentado obstáculos ao seu avanço como movimento baseado na ação direta das massas (ocupações, manifestações, passeatas, bloqueios etc.) e de luta contra a exploração capitalista. Fora isto, a política assistencialista do PT à frente do governo estadual e federal, com os programas assistencialistas (como o bolsa família) e de construção de moradias (como o Minha Casa, Minha Vida) semeia ilusões de que as reivindicações dos explorados pela moradia serão resolvidas no interior do capitalismo através das limitadas promessas de casas populares. Não se pode deixar de registrar a repercussão interna e o efeito desmobilizador com que resultou prostrado o movimento diante do pacote governamental de proteção à indústria da construção civil e ao setor financeiro denominado *magógica* e eleitoreiramente de *Minha Casa, Minha Vida*.

Às vésperas do pleito eleitoral do ano em curso, os governos intensificam as ilusões das massas na política burguesa e nas promessas de construção de moradias. O Governo de Lula acaba de lançar o PAC 2, incluindo neste o programa “Minha Casa, Minha Vida 2”, que prevê destinar até 2014, 2 milhões de moradias para a população que compõe a faixa salarial de 0 a 10 salários mínimos. Nenhuma dessas promessas será novidade para o MSTB. Assim como no primeiro Programa Minha Casa, Minha Vida, será chamado a preencher cadastros para o governo. Com antes, o governo de Wagner (PT) convidará o movimento a assinar protocolos de intenção e a participar de coquetéis e lançamentos de maquetes. Dessa forma, incentiva a luta fraticida entre os diversos movimentos de luta pela moradia em torno da divisão das unidades habitacionais que apenas prometem, mas não saem do papel. Como passo seguinte – sabemos pela experiência, forçarão os moradores a sair de seus barracos com a promessa do pagamento do *bolsa-aluguel*.

Entretanto, a experiência da luta de classes revela que os governos do PT não só não resolvem os problemas dos explorados como cons-

tituem um obstáculo ao avanço da luta dos oprimidos. Isto porque o problema da moradia e as mazelas sociais (desemprego, fome, miséria e trabalho precário), que afetam trabalhadores e demais explorados, não podem ser resolvidos pelo Estado burguês, muitos menos pelos governos petistas e suas políticas assistencialistas. O desenvolvimento histórico do capitalismo, dadas as suas próprias leis, ao passo em que gera riquezas e avanços técnicos extraordinários, lança necessariamente na miséria uma massa também extraordinária de trabalhadores em todo o mundo. Para além de explorá-los em suas fábricas e no campo, o capital impõe ao trabalhador a calamidade do desemprego, da miséria e da fome, que vem atrelada à destruição de direitos e conquistas sociais históricas, como o acesso à educação, à saúde e à moradia.

A lei fundamental do capitalismo de produção de riqueza, por um lado, e de miséria, por outro, possibilita ao Estado burguês apenas a adoção de medidas assistencialistas e paliativas (ao lado da truculenta repressão policial), uma vez que são as únicas possíveis frente à impossibilidade de expansão das forças produtivas imposta pelo próprio capital. Não há, portanto, política reformista que dê conta do desemprego e da barbárie provocados pelo modo de produção capitalista. Havendo exploração capitalista dos trabalhadores e demais oprimidos, haverá miséria, fome, precariedade e desemprego. A barbárie, apesar de todo o avanço técnico-científico e das possibilidades colocadas pela economia mundial é a única garantia que os capitalistas podem oferecer aos explorados.

Não à toa, o avanço do ataque capitalista aos trabalhadores e o desemprego crescente fazem crescer notadamente o contingente de trabalhadores desempregados ou sem acesso às condições elementares de vida, não apenas nos países capitalistas semi-coloniais, como nos países capitalistas capitalistas avançados, hajam vistas as últimas manifestações de trabalhadores por toda a Europa. Os diversos movimentos de luta pela terra e por moradia nos países capitalistas semi-coloniais refletem as condições acima. No Brasil, por exemplo, as tensões no campo sobem a um nível alarmante, vitimando – sempre – a população oprimida em luta. Nas cidades, as populações faveladas ou sem teto do imenso exército humano de reserva, criado e necessário ao capital, vivem em habitações inadequadas e insalubres.

Com a crise estrutural do capitalismo e o avanço da barbárie em toda linha, coloca-se como tarefa central a superação da crise de direção revolucionária, portanto o objetivo histórico de construção do partido-programa, o Partido Operário Revolucionário (POR). A construção do partido-programa no seio das massas impõe o choque de concepções e métodos de organização políticas entre os partidos, organizações e correntes, que atuam no campo do movimento de massas. A tarefa consiste em unir as reivindicações dos trabalhadores à luta dos desempregados por emprego, moradia e pelo salário mínimo vital. Significa, portanto, a defesa do programa de transição e o combate das ilusões nos governos petistas e nas promessas de resolução dos problemas dos explorados no interior do capitalismo. Com essa política, é possível avançar a consciência de classe dos oprimidos e a luta anticapitalista.

Contra o desemprego, defendemos o salário mínimo vital, a escala móvel de salários e escala móvel de horas de trabalho!

Contra a fragmentação imposta pelo reformismo, defendemos a unidade na luta de Trabalhadores empregados e desempregados!

Contra a conciliação e as ilusões no assistencialismo, defendemos a ação direta das massas (ocupações, manifestações, bloqueio de ruas, avenidas e prédios, passeatas etc.)!

Pela Construção do Partido Operário Revolucionário!

Ação Popular – do cristianismo ao estalinismo

No Massas 389, encerramos o estudo da OMR-POLOP, suas duas cisões (COLINA e VPR) e a fusão que deu origem à VAR-Palmares. Não analisamos o Partido Operário Comunista (POC), que, como o PCBR, ficará para o final. Passamos à crítica a Ação Popular (AP), que se transformou em Ação Popular Marxista-Leninista, sofreu divisões e acabou se integrando ao PCdoB.

A raiz da AP se encontra na Igreja Católica, embora tenha contado em seus quadros o presbiteriano Paulo Stewart Wright, que se destacou como um de seus dirigentes e que foi assassinado sob tortura pelo regime militar. A formação e evolução política da AP é um dos casos mais extraordinários do período de 60 e 70. Do cristianismo, passou para o estalinismo, não sem lutas internas, expulsões e cisões.

Como todas as organizações que assumiram a luta armada – que, querendo ou não, praticaram o foquismo – a AP sofreu a influência da Revolução Chinesa e Cubana, padeceu das cisões nacionalistas no “campo socialista”, principalmente entre a ex-União Soviética e a China, mas não foi desprezível o caso da ex-Iugoslávia.

Os cristãos de esquerda abraçaram o maoísmo como sinônimo de leninismo e desse patamar adotaram o estalinismo ortodoxo empunhado pelo PCdoB. A definição maoísta trouxe profundas divergências. Uma ala oposicionista se sublevoou, aproximando-se do castro-guevarismo.

Em janeiro de 1969, a fração dissidente expulsa da AP realiza um congresso e forma o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Não faltaram confusões em torno de um certo trotskismo na AP e depois no PRT. O fato é que os cristãos para se converterem ao estalinismo tiveram de fazer uma limpeza em suas posições, principalmente ao menor traço de aproximação com as idéias de Trotsky, e assumirem plenamente o programa do PCdoB.

Não por acaso, em 1969, a AP consegue estabelecer um canal formal de discussão com a direção do PCdoB. Mas somente em janeiro de 1973 é que a posição majoritária pró-estalinista impõe à organização a ordem de se dissolver no PCdoB, deixando para trás formulações iniciais sobre o que se consideravam experiências distintas de socialismo. A minoria decidiu permanecer com o PRT, mas já estava em frangalhos.

Em 73, a Guerrilha do Araguaia se encontrava no impasse e, em meados de 74, estava destroçada pela reação. O PRT, por sua vez, não teve tempo para desenvolver sua política. O cerco repressivo o alcançou antes que pudesse dar os primeiros passos como nova organização. Não conseguiu adentrar os anos 70, estando seus principais dirigentes presos.

Em síntese, esse foi o percurso da esquerda cristã que originariamente se identificava como Juventude Universitária Católica (JUC), nascida nos anos 50, com a virada de uma ala da Igreja para questões sociais e com a crítica aos excessos do capitalismo, depois do Vaticano ter se embocado com o nazifascismo. Uma ala da Ação Católica de direita passou para a esquerda.

Na América Latina, foi sensível o impacto da encíclica do Papa João XXIII, que preconizava a justiça social e a inclusão dos pobres. O Concílio Vaticano II (1962/65), por sua vez, im-

pulsionará a encíclica rumo à Teologia da Libertação, com a II Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em setembro de 1968, em Medellín, Colômbia. Houve uma tentativa de setores eclesiais de compatibilizar a religião com o marxismo. A AP é fruto dessa experiência.

Em fins dos anos 50, a JUC ganhou a direção da União Nacional dos Estudantes, derrotando o braço da União Democrática Nacional (UDN), partido pró-imperialista e que em 60 protagonizará o golpe militar. A Igreja foi parte ativa e base de apoio do movimento contra-revolucionário que destituiu o presidente João Goulart, aboliu as mesquinhas reformas de base e interveio nas organizações operárias e camponesas. Esse processo interno e a extraordinária repercussão da Revolução Cubana empurrarão a JUC a se afastar da Igreja conservadora e a constituir Ação Popular, sem contudo romper com sua base cristã.

Com a ditadura militar instalada, virão as mudanças significativas. Não demorou para a AP assumir que a saída estava na luta armada. Inicialmente, a influência veio do castro-guevarismo. Importantes militantes recebem instruções militares em Cuba, entre eles Paulo Stewart Wright. Jacob Gorender registra: “Em 1965, já é taxativa a decisão da AP de tomar o caminho da luta armada.” O mesmo autor do livro “Combate nas Trevas” relata que foi formada “uma comissão militar incumbida de ministrar cursos de emprego de armas e explosivos”. Por iniciativa própria, sem planejamento da organização, um de seus militantes fez um atentado a bomba para matar o general Costa e Silva no Aeroporto de Guararapes do Recife, em julho de 1966, mas acaba por matar o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho. O fato mostrou o amadorismo militar da AP e provocou uma crise interna.

A inspiração dos cristãos de esquerda que passaram a admitir o uso das armas na luta de classe não se limitava a Cuba, a China também instruía militantes da AP. A ação terrorista, típica do foquismo, em Recife, serviu para que se decidisse de uma vez por todas ficar com Mao Tse-tung, que apresentava uma tática militar não foquista, por meio da guerrilha que tomaria a forma de guerra popular prolongada, apoiada nas massas camponesas. Caberia ao PCdoB concretizar a transposição mecânica da experiência chinesa para o Araguaia e reproduzir ao seu modo o foquismo, semelhante à tentativa de Ernesto Che Guevara na Bolívia.

Convencida de que organizaria uma força para a guerra popular prolongada a partir do campo, distinta da orientação castro-guevarista inicial, a militância que vem quase toda da pequena-burguesia estudantil e de círculos de intelectuais admite que é preciso proletarianizar a organização. A AP decide, em 1967, que um contingente fosse se empregar como operários. Posta em prática a obreirização, avançou-se para a posição de que era preciso transformar a AP em partido leninista, em março de 1971. Mal compreendera a Revolução Russa e o bolchevismo, influenciada que estava a militância pelo maoísmo. Assim, a AP apenas ostentará o nome marxista-leninista. Estará distante da natureza da revolução proletária, da estratégia, do método e concepção de partido. Se já em 1965 havia a decisão pela luta armada foquista, a troca definitiva pelo maoísmo em 1969 não alterará essencialmente sua trajetória de organização pequeno-

burguesa radical.

O texto de fevereiro de 1963, denominado “Documento-Base”, é de fundação da AP. Esclarece-nos a confusão do período, provocada pelo estalinismo e outras variantes nacionalistas do socialismo. A aversão dos cristãos de esquerda à burocracia da ex-União Soviética não passa por uma compreensão sobre a degeneração do Partido Comunista Russo e pela posição historicamente confirmada de Trotsky, representante fiel do internacionalismo marxista-leninista.

Os ideólogos da AP acreditavam que as divergências e oposições entre os países que passaram pela revolução eram naturais ao processo revolucionário, que comportavam “experiências mais diversas e com orientações ideológicas distintas”. União Soviética, China, Cuba, Iugoslávia, Albânia etc tinham seu particular socialismo e marxismo. A militância da AP, assim, se atinha à aparência do fenômeno histórico. Não podia elevar sua análise em nível do internacionalismo, antagônico à construção do socialismo fechado nas fronteiras nacionais.

Exemplifica bem a observação da AP restrita às aparências, quando o documento distingue a Revolução Chinesa da Russa pelo fato da primeira ter como “vanguarda a força camponesa”. Desconsidera que a expropriação da burguesia somente ocorreu devido ao programa proletário, ou seja, porque a classe operária liderou a transformação. As particularidades de uma revolução que expropria a burguesia são muitas, mas em sua base está o proletariado nacional, que refrata o proletariado mundial. A influência da Revolução Russa em todas as revoluções expressa a classe operária internacional, bem como a degenerescência nacional-estalinista da revolução expressa posição contraditória com essa mesma classe internacional.

No caso de Cuba, o documento diz que o “caráter marxista-leninista da revolução seria firmado a posteriori, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional. É correto que o movimento dirigido por Fidel Castro estava voltado a liquidar a ditadura de Fulgencio Batista, portanto democrático pequeno-burguês. Não obstante, as massas proletárias e camponesas que se levantaram contra o governo e deram o poder aos guerrilheiros de Serra Maestra não se ativeram aos objetivos democráticos e seguiram em frente com as expropriações. O novo governo impulsionou as medidas de estatização e nacionalização da propriedade privada dos meios de produção. Rompia-se mais um elo da cadeia mundial do capitalismo em favor do comunismo.

Se os motivos originais da revolução não eram o socialismo, em que fonte Fidel posteriormente iria procurar as armas teóricas e o apoio prático? No marxismo-leninismo, responde a AP. Falso. A fonte estava nas prescrições de Stálin e de sua camarilha. O “marxismo-leninismo” estava completamente filtrado pelo estalinismo. O trotskismo foi combatido com sem trégua, acusado de antibolchevismo. A falsificação histórica era grotesca. Entretanto, os maoístas se enovelaram em torno da farsa, que servia para mascarar que a burocracia soviética havia desfigurado o marxismo-leninismo pelo nacionalismo e pela degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática.

Fidel manteve ligações com os Estados Unidos até janeiro de 1961, mas que se tornaram insustentáveis diante do avanço das expropriações. Em dezembro, Fidel vira-se para a ex-União Soviética. O marxismo-leninismo do Partido Comunista de Cuba reflete o estalinismo, com adaptações nacionais. Como se vê,

não se trata simplesmente de uma particularidade da revolução, “diante da conjuntura internacional”.

O documento se refere à “desestalinização”, depois de 1956, e conclui: “E hoje a tensão União Soviética/China acentua as diversas concepções da passagem do mundo ao socialismo”. Assim fosse, ou pudesse ser! Na realidade não se tratava de “diversas concepções” sobre os caminhos do socialismo, mas do conflito dos nacionalismos. O imperialismo se aproveitou da divisão nacionalista do socialismo. A China não se alinhou com os Estados Unidos para manter a ex-União Soviética no seu cantinho?

A direção da AP via nas contradições e conflitos dos países socialistas algo progressivo. Eis: “A evolução da experiência socialista em países como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a União Soviética mostram a quebra da ortodoxia rígida”. A “ortodoxia” diz respeito ao domínio do Partido Comunista Russo, que passa a ser contestado. Ocorre que se tratava de retrocessos e não de avanços. No terreno do nacionalismo (do socialismo em um só país e cada país com o seu caminho) as conquistas revolucionárias do proletariado se despedaçaram. Exatamente o que Trotsky previu e combateu com o programa internacionalista para que não acontecesse. Os acontecimentos evidenciaram que não havia como sustentar os avanços anti-capitalistas e aprimorá-los na direção da sociedade sem classe à margem do internacionalismo marxista. É incontestável que uma das medidas mais promissoras para o imperialismo em seu combate às revoluções foi a destruição física e programática da III Internacional por Josef Stálin.

Paramos por aqui nossa análise do documento original de fundação da AP. É o suficiente para se ver a superficialidade da análise histórica e a impossibilidade da organização constituir um programa da revolução proletária para o Brasil. É de nosso interesse analisar o “Programa Básico”, de março de 1971, que serviu para fundar a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML).

Os dirigentes da organização, finalmente, descobriram o maoísmo e colocaram Mao Tse-tung como continuador de Marx e Lênin. Reconheceram que a antiga AP se constituiu em um partido pequeno-burguês reformista. E que agora se propunha proletário, graças à descoberta do maoísmo. Já não se admitia os vários socialismos. Havia que se apoiar nas leis gerais da revolução e reconhecer as particularidades.

Segundo o documento, Mao avançou a compreensão dessas leis, ao ponto de sua doutrina postular uma “terceira etapa do marxismo”, numa situação em que “o imperialismo caminha para a sua ruína completa e o socialismo avança para a vitória em escala mundial”. O exitismo foi um traço comum de todos os foquistas.

Quais são as leis que Mao revelou, além de Marx e Lênin? A da “revolução ininterrupta por etapas”. É o que depreendemos do “Programa Básico”. O conceito de “ininterrupta” vem de Lênin – Trotsky usa o conceito revolução permanente – e “por etapas” de Stálin. AAP-ML achou um jeito de juntá-los. Eis a grande descoberta: “O proletariado deve levar a revolução até o comunismo sem interrupções, mas também sem desconhecer as etapas necessárias”. O que decide nesta lei, no entanto, é a etapa.

No Brasil, haverá a etapa da “revolução nacional e democrática”, que com o proletariado no poder porá em marcha a solução das “tarefas econômico sociais de caráter nacional e demo-

crático”, “para passar em seguida à construção do socialismo.” A inovação dos maoístas brasileiros está em requestrar a teoria estalinista das etapas, muito bem exposta e defendida pelo Partido Comunista do Brasil praticamente em toda sua existência. Primeiro a revolução nacional-democrática, depois (não se sabe quando) a implantação do socialismo. Baseada nessa novidade, a AP-ML separa o programa mínimo do programa máximo. O programa mínimo objetiva “a revolução nacional, democrática e popular, antiimperialista e agrária”. Nessa etapa de implantação do programa mínimo, a aliança dos operários e camponeses comporta a burguesia nacional, caracterizada como a que não está consorciada com o capital imperialista ou comprometida com a estrutura latifundiária. Os maoístas imaginam que a “burguesia nacional” irá se subordinar a uma aliança dirigida pelo proletariado. Essa idealização disfarça a velha tese estalinista do papel revolucionário da “burguesia nacional progressista.” O programa máximo, certamente, é o “socialismo”, momento em que aí sim haveria a substituição da “ditadura de classe da burguesia pela ditadura do proletariado”.

O estalinismo requestrou a antiga separação que a social-democracia fazia entre o programa mínimo (reivindicações elementares) e o programa máximo (socialismo). Os maoístas deram um conteúdo de “novo tipo” ao programa mínimo para os países de capitalismo atrasado – “a revolução democrática e popular”, “o governo democrático e popular revolucionário”. O conceito de revolução ininterrupta é enfeite leninista para o etapismo estalinista.

A revolução nacional, democrática e popular ocorrerá segundo a prescrição de Mao sobre “guerra popular prolongada”. A experiência particular da China é transformada em lei geral. A organização que nascia do Congresso de 71 aprovava “a preparação e o desencadeamento da guerra popular, preparação imediata e ativa e desencadeamento vitorioso.” Pressupunha combinar as “ações de massa” com a luta armada no campo e na cidade. Mas a fundamentação abstrata e esquemática não coadunava com a realidade objetiva. A ditadura estava implantada. O movimento de massa, retraído.

Como combinar “ações de massa” com a luta armada? O impasse se reflete na própria formulação do Congresso. Eis: “Na etapa de preparação da guerra popular, as formas fundamentais de luta são não-armadas. Contudo, o povo tem o direito e o dever de recorrer desde o início à sua justa violência, em caráter defensivo e segundo as condições concretas de cada lugar. E são também indispensáveis desde o início ações armadas pioneiras de várias modalidades, a serem conduzidas em união estreita com o movimento de massas, segundo as condições concretas de cada lugar e voltadas a despertar e organizar as massas (...)”

Desespero, visível. Confusão, torturante. Os maoístas estavam decididos a se lançarem na luta armada, mas admitiam que era preciso preparar o terreno organizando a etapa de luta não-armada. Porém, não havia como a classe operária e a pequena-burguesia oprimida retomar tão logo a iniciativa da luta de classe. Se a guerra de guerrilha pressupunha que as massas camponesas e operárias em luta assumissem essa forma elevada de combate de classe, não havia como lançar a luta armada nas condições de derrota e de refluxo. Fazê-lo seria praticar o foquismo, que já havia sido desastroso para a AP de 1965/1967, fase considerada

de esquerdismo pequeno-burguês pelo documento do Congresso. Abominava-se o “foquismo” e “terrorismo urbano”.

Como então pôr em prática a teoria da guerra popular prolongada se as condições objetivas eram inexistentes, sem reproduzir as “concepções foquistas”? Por não ter uma crítica marxista ao foquismo, a AP-ML estava perdida. Não chegou a fazer ações armadas porque logo se dissolveu no PCdoB, que por sua vez formulava as mesmas posições maoístas e partia para a aventura no Araguaia.

A fração que fundou o PRT não se identificava com o maoísmo da maioria. Mas não deixa de orbitar as idéias de Mao. Mantém a incompreensão sobre as variantes do nacionalismo irradiado pela teoria do socialismo em um só país de Stálin. Frente ao avanço da direitização do Partido Comunista Russo, deposita confiança na burocracia chinesa. Imaginava que PC da China jogasse um “papel destacado na luta contra o revisionismo.”

Quando se diz revisionismo, refere-se às posições de ao Nikita Khruchov e Leonid Bréjnev, que sucederam Stálin após sua morte em 1953, denunciaram seus crimes e traçaram a diretriz da “via pacífica”. No fundo, o PRT não foi capaz de se desvencilhar do estalinismo, embora atacasse tanto o PCB quanto o PCdoB. Distintamente da AP-ML, não aceita o etapismo. Conceitua a revolução como proletária, que, por se dar no Brasil de economia “atrasada e dependente do imperialismo”, teria tarefas denominadas de “pré-socialistas”, que seriam as tarefas democráticas. Porém, não ocorreriam etapas separadas.

É nítida a influência da teoria da revolução permanente de Trotsky nesta questão essencial de caracterização do país e da natureza da revolução. Reproduzimos a passagem do documento : “As tarefas pré-socialistas e antiimperialistas e democráticas da revolução proletária são simultâneas às tarefas socialistas que serão concretizadas de imediato.” Na tese 8 da Revolução Permanente de Trotsky, temos: “A ditadura do proletariado, que conquista o poder na qualidade de dirigente da revolução democrática, se encontra inevitável e repentinamente, ao triunfar, diante dos objetivos relacionados com profundas transformações do direito de propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, convertendo-se com isso em permanente.” Essa lei se manifestou tanto na Revolução Russa, quanto na Chinesa e Cubana.

A fração da AP que resistiu integrar-se ao PCdoB poderia avançar caso não fosse tão contraditória, desconhecendo as raízes estalinistas do maoísmo.

O exitismo pequeno-burguês de que a situação colocava “a preparação direta do proletariado para a conquista do poder político” levará o PRT a reproduzir a exasperação foquista: “A tarefa imediata da vanguarda revolucionária é a preparação, organização dessa guerra, que as massas exploradas travam para a destruição do aparelho político-militar de repressão em que se assenta o poder da burguesia e do imperialismo.”

A tarefa não era a de preparar a “guerra revolucionária das massas”, lançando-se em pequenos grupos às ações armadas. E sim a de passar para o trabalho clandestino de propaganda contra a ditadura, defesa das reivindicações democráticas e sindicais, preservação da vanguarda e organização do partido. Haveria de se fazer um balanço crítico do estalinismo e atuar sobre sua crise na defesa do programa internacionalista, o de reconstrução da IV Internacional.

Nesta edição:

- Os 140 anos do nascimento de Lênin
- Crise na Europa coloca trabalhadores em movimento e deixa governos encurralados
- Resultado de eleições no Iraque agravará crise
- Bolívia: o que empurra as massas às ruas
- A crise capitalismo exige – Reconstruir a IV Internacional

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Os 140 anos do nascimento de Lênin

Neste 10 de abril de 2010, comemora-se os 140 anos de Lênin, o líder, ao lado de Trotsky, da primeira revolução proletária vitoriosa, a Revolução Russa de 1917. Para o movimento operário internacional o significado histórico de Lênin é inapreciável. A incansável atuação de Lênin em mais de 35 anos dedicados à causa da revolução proletária, na atrasada Rússia dos Czares, nos dá uma feliz demonstração de como se pode abraçar a causa do proletariado até as últimas consequências. Do início de sua militância em São Petersburgo, em princípios da década de 1890, na já esquecida *União de Luta pela Emancipação da Classe Operária*, passando pela fundação do Iskra e a cisão da social-democracia (em bolcheviques e mencheviques), até a insurreição de Outubro, Lênin não afastou-se um milímetro que fosse da luta pela organização do proletariado no partido revolucionário. Não apenas teorizou sobre a organização da vanguarda (*Que Fazer?*) deu-lhe uma estatura bem superior ao que de melhor havia legado Marx e Engels, nessa questão. Combateu duramente os ‘economistas’ que pretendiam que o movimento operário russo se limitasse à luta econômica, em detrimento da luta política contra os Romanov, e os mencheviques, que advogavam a colaboração de classe com a burguesia, tida como progressista no atrasado Império Russo. Denunciou implacavelmente os traidores social-democratas da II Internacional (entre eles Kautsky, Longuet, Turati, MacDonald, Tesereteli, Tcheidze entre outros) que, renegando o internacionalismo, passaram-se para o lado de suas burguesias, na Primeira Guerra, convertendo-se em cadáveres políticos a serviço do social-patriotismo.

A vida de Lênin muito atribulada, repleta de prisões, ações na clandestinidade e exílio, foi muitas vezes marcada pelo isolamento como se verificou após o fracasso da Revolução Russa de 1905 e o início da guerra de 1914, quando uma onda patriótica arrastou as multidões. A vanguarda revolucionária russa, dispersa pelo desterro europeu ou espalhada na vastidão do território russo sempre encontrou em seus argumentos, artigos e nos jornais que editou (que não foram poucos) uma clara linha de atuação. O partido bolchevique assim fora forjado; no fogo das greves, da brutal repressão, mas também no do livre debate e elaboração. E Lênin fez sobressair-se por aquilo que nele era inquestionavelmente superior em relação a seus contemporâneos: a habilidade como organizador político.

Vladimir Ilitch tinha consciência de que não poderia haver prática revolucionária sem teoria revolucionária e recomendava a seus camaradas estudar, estudar e estudar. O Lênin dos anos 1900-1910 aprendeu a mergulhar como ninguém na vida nacional russa e a enriquecer o bolchevismo com uma gama de questões (nacionalidades, questão agrária, autocracia e tarefas democráticas, aliança operário-

camponesa) sempre relegadas por aqueles agrupamentos que desprezavam a elaboração do programa e focavam sua ação em bases empiristas. Para ele, a teoria não era, como em Stálin e no seu séquito de burocratas, um conjunto de cânones incontestáveis, petrificados e fossilizados. Era antes um guia para a ação. Lênin, por isso, não tinha nada de apologetico (como posteriormente criticou em Bukharin) nem de dogmático. Repetia dúzias de vezes que o real e sua bárbara luta de classes, suas formas e sua mecânica eram sempre mais ricas que qualquer programa. Foi só por isso que conseguiu reformular, em tempo, e a contragosto de Zinoviev e Kamenev, a estratégia do partido no calor mesmo da revolução, orientando a vanguarda, e com ela a classe operária, para a estratégia da ditadura do proletariado. Era o início das jornadas revolucionárias e os bolcheviques eram minoria nos Soviets que então sustentavam o Governo Provisório. A tática leninista ganhou rapidamente as grandes massas de trabalhadores e de soldados. O destino de Kerensky estava, enfim, selado.

A tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 confirmou a justeza da tática, da estratégia e da concepção de partido de Vladimir Ilitch. Lênin foi ainda o grande arquiteto da III Internacional, contando com a intensa colaboração de Trotsky. Fundada sob a base da experiência de Outubro, foi ele o responsável por grande número de suas teses e resoluções, que aparecem nos Quatro Primeiros Congressos. Acometido de paralisia cerebral, Lênin morreu em janeiro de 1924, travando, ao lado de Trotsky, sua última batalha, dirigida contra a degeneração burocrática da URSS. Trotsky certa vez observou que o gênio de Lênin era destruído pelas imagens, estátuas erigidas e pelo culto da personalidade estimulado por Stálin que o transformava em deus na URSS. Stálin pretendia ‘fortalecer a autoridade dos discípulos pelo fortalecendo da autoridade do mestre’. Soterrando o Lênin vivo (seus pensamentos) fez sobressair o culto de seu cadáver no mausoléu da Praça Vermelha.

A burocracia stalinista rompendo radicalmente com o pensamento leninista, isto é, com a revolução proletária internacional, foi a responsável pela destruição da Internacional Comunista e a restauração capitalista no estado operário soviético. A Oposição de Esquerda, fundada por Trotsky para contrapor-se à burocratização stalinista, embora derrotada, conservou o programa da revolução. A IV Internacional, a qual é preciso reconstruir, é herdeira dos ensinamentos de Vladimir Ilitch. Os marxistas-leninistas-trotskistas são os continuadores de sua obra! Os stalinistas são seus desprezíveis tráfugas!

Viva Lênin! Viva o internacionalismo proletário!

Pela Revolução e Ditadura proletárias! Reconstruamos a IV Internacional!

Crise na Europa coloca trabalhadores em movimento e deixa governos encurralados

França: greves e derrota eleitoral do governo

Os trabalhadores franceses realizaram duas greves gerais em março (dias 12 e 23), uma antes e outra depois das eleições regionais. Com grandes manifestações nas ruas, protestaram contra as medidas do governo Sarkozy, principalmente contra a reforma da previdência, da educação e os novos impostos contra emissão de gás carbônico. Os operários, funcionalismo e estudantes saíram às ruas em marchas com centenas de milhares.

Nas eleições regionais, o partido de Sarkozy, União por um Movimento Popular, sofreu a maior derrota: perdeu em 23 das 26 regiões. No geral, a esquerda social democrata teve 54% dos votos, contra 35% da direita. O baque foi sentido por Sarkozy, que fez uma reforma ministerial, incorporando figuras como Jacques Chirac e Dominique Villepin no governo, numa tentativa de evitar que eles se juntassem aos opositores das medidas econômicas.

A necessidade do governo francês é a de impor as duras medidas econômicas para contornar o déficit público criado com o subsídio aos bancos e multinacionais a partir da crise econômica de setembro de 2008, que afetou todos os países da Europa. O ataque à previdência significa para muitos eliminar a aposentadoria, estendendo a idade para se aposentar. A destruição do ensino é feita com a proposta de cortes de 16 mil vagas na educação pública. Os novos impostos incidem sobre a população, livrando a cara dos verdadeiros poluidores (grandes fábricas).

Grécia: intervenção do FMI

Após duas greves gerais e profunda deterioração das suas contas, a Grécia teve suas portas abertas à intervenção do FMI, não por decisão própria, mas pelas mãos de França e Alemanha.

As duas maiores potências europeias negociaram a intervenção do FMI no país porque são seus principais credores. A alternativa seria injetar mais dinheiro, o que não é possível para ambas, com dificuldades econômicas, nem seguro, dado que a Grécia se mostra insolvente. A Alemanha era a principal opositora à intervenção do FMI, porque significava ampliar a ação dos EUA, que são o principal mandatário no FMI, sobre a Europa. Mas a alternativa de enviar mais dinheiro para a Grécia se mostrou inviável. Assim como o governo grego tem se mostrado incapaz de impor as medidas econômicas que despejam a crise sobre as massas.

A intervenção do FMI sobre a Grécia implicará medidas que correspondam aos ajustes determinados pelo Fundo, e que certamente colocarão novas medidas de ataque às condições de vida e trabalho dos gregos. Novamente, a sorte da crise estará na capacidade de impor essas medidas às massas. Os governos acreditam que os dólares que o FMI despejar agora servirão para atenuar a unidade das massas em resistir aos ataques.

Resultado de eleições no Iraque agravará crise

As eleições legislativas no Iraque deram vitória ao ex-primeiro ministro Ayad Allawi, líder da coalizão laica xiita e sunita, sobre o governo atual, do primeiro ministro Nouri Al Maliki, do Partido Islâmico Xiita, por duas cadeiras a mais (91 a 89). Em terceiro lugar ficou o partido xiita ligado ao Irã, Aliança Nacional Iraquiana, do líder Ammar Al Hakim, com 70 cadeiras. A Aliança Curda ainda obteve 43 cadeiras, e será outra força de peso nas decisões do futuro governo. O total de cadeiras no parlamento é 325, por isso será necessária uma aliança de partidos para governar. O primeiro ministro é indicado pelo presidente, mas essa indicação leva em conta a possibilidade efetiva de governar, que está na maioria parlamentar.

Portugal funciona como pavio de nova retomada da crise

A agência Fitch rebaixou a avaliação sobre os títulos de Portugal e a colocou como negativa. Isso quer dizer que para emitir mais títulos ou renovar os atuais, Portugal terá de pagar mais juros e que o risco de calote é maior. De imediato, as bolsas de valores internacionais despencaram, como já tem ocorrido a cada nova informação que mostra a insolvência dos Estados europeus, praticamente falidos pela ajuda que deram aos bancos e multinacionais para atenuar a crise econômica do final de 2008 e pela recessão de 2009.

O governo português também planeja uma série de medidas econômicas, dentre as quais um aumento de impostos. Diante das dificuldades de aplicação dessas medidas na Grécia e França, pela resistência popular, o governo português apresenta o aumento de impostos como algo que pesa mais sobre quem ganha mais (45% sobre os salários mais altos). Mas essa maquiagem não esconde o essencial, que é o ataque às massas em benefício dos bancos e grandes empresas.

Portugal se junta a Espanha, que teve o maior salto no seu endividamento, no desemprego e na alta dos juros de seus papéis. Tudo indica que serão mais dois países a se submeterem à ingerência do FMI em curto prazo.

Euro se desvaloriza frente ao dólar

Um dos efeitos da recessão sobre a economia mundial tem sido a desvalorização do dólar. O governo norte-americano traçou como política alimentar essa desvalorização, como forma de redução da dívida e diminuição da competitividade de produtos importados (protecionismo). Mas a crise na Europa forçou uma redução ainda maior no preço do Euro, que já chegou a custar US\$ 1,60 e hoje está em US\$ 1,24. A desvalorização do Euro corresponde a uma recessão média de 4% na União Européia, e expressa também a impossibilidade de governos em saldarem seus compromissos (dívidas). Para os EUA, significa mais um baque, porque aumenta muito a competitividade dos produtos europeus frente aos norte-americanos.

Tendências da crise se agravam

Os elementos apontados acima mostram tendências: acirramento das lutas de classes na Europa, com os trabalhadores movidos a resistir contra os brutais ataques desfechados pelos governos; retomada de elementos da crise econômica, motivados pela impossibilidade de resolver a falência dos governos pela imposição às massas de um conjunto de medidas de ataques; aumento dos choques entre os países, com o agravamento desses conflitos pela intervenção dos EUA através da ação do FMI.

O resultado da combinação desses fatores depende fundamentalmente do embate entre os governos e as massas.

e disputas no seu interior, inviabilizando a estabilização política pretendida pelos EUA como parte do plano de retirada gradual das tropas do país. O fato de Allawi vencer a partir de uma aliança xiita e sunita expressa a profunda divisão entre as lideranças da maioria xiita no país, que estiveram disputando as eleições no interior das três principais chapas. E a divisão não se deu apenas sobre a base da oposição entre as posições religiosas ou seculares, mas principalmente sobre a ocupação norte-americana, a divisão do poder entre as várias nacionalidades e a aproximação ou afastamento do Irã.

A liderança xiita ligada ao Irã, Muqtada Al Sadr, da chapa que obteve 70 cadeiras na eleição, mostra o aumento de sua influência no país e reivindica um plebiscito para a indicação do primeiro ministro. Embora seu partido e o do atual primeiro ministro derrotado nas urnas sejam xiitas, a posição frente aos EUA os separa. Enquanto isso, o vencedor da aliança xiita/sunita reclama da excessiva intervenção iraniana na política do Iraque e oferece a coalizão de governo ao atual partido xiita, subserviente aos EUA.

O resultado das eleições mostra a impossibilidade dos EUA para seguirem adiante em seu plano de retirada gradual das tropas e controle do país através de um governo títere estável politicamente e que contemple as lideranças das diversas facções étnicas e religiosas. E a consequência das eleições é o agravamento da crise política e das disputas entre as lideranças étnicas, religiosas e políticas, ao redor da divisão do poder, das relações com

os EUA e com o Irã e da ligação entre Estado e religião.

A resistência iraquiana contra a ocupação ianque não dá nenhum sinal de arrefecer. O aumento da crise política reduzirá a capacidade de atuação conjunta entre as diversas lideranças étnicas e religiosas para reprimir e deve acirrar as ações rebeldes.

A derrubada do governo de Saddam estilhou o Estado e liberou as contradições mais profundas do capitalismo atrasado e semi-colonial do Iraque. Na base, está a riqueza petrolífera, que o imperialismo não abrirá mão de seu controle. Todos os partidos que participam das eleições são pró-imperialistas, ou se converterão como tal. Os Estados Unidos despejaram bilhões de dólares para comprar chefes tribais, entre eles Muqtada. Mas isso não quer dizer que não haja contradições e conflitos violentos em torno de até onde o Iraque continuará suportando a intervenção norte-americana. A carência do partido revolucionário que assuma a resistência das massas, com o programa e os métodos de luta do proletariado é a grande questão que estava posta desde sempre e que agora, frente às traições das lideranças burguesas e dos chefes tribais, ganha nova dimensão. A luta pela autodeterminação do Iraque consequente só pode ser travada por meio da luta revolucionária para colocar a economia e o Estado nas mãos dos explorados. Uma das principais tarefas da conquista da autodeterminação é solucionar a miséria das massas e reconstruir o país arrasado pela guerra.

Bolívia: Inicia-se um rápido processo de emancipação política das massas A Lei das Aposentadorias, os salários e a coca: principais problemas que empurram os explorados às ruas

Partimos da evidência de que as massas viviam a experiência de um longo processo de emancipação política em relação ao governo do MAS, porque as consequências da crise estrutural do capitalismo começam a golpear mais duramente os setores mais empobrecidos e o governo não tem a capacidade de satisfazer as necessidades mais elementares do povo. Imaginávamos que nesse processo gradual e de longo alcance alguns setores marchariam mais rápido do que outros e que os mais atrasados se converteriam em freio da marcha dos mais avançados, que o governo encontraria espaço para manobrar e enfrentar os setores controlados por ele contra os mobilizados etc. As últimas mobilizações dos condutores e dos normalistas, que foram duramente reprimidas, também nos evidencia que o governo – ao não conseguir mobilizar as chamadas “organizações sociais” para castigar os descontentes – estava disposto a usar a força policial, acentuando seus traços autoritários.

Os acontecimentos que estão se dando nos últimos dias e em diferentes setores têm nos mostrado que os processos se aceleraram e nossa percepção anterior da realidade se mostra conservadora; isso sempre ocorre quando os processos sociais adquirem grande mobilidade e a mente humana tarda em percebê-los e descobrir suas perspectivas. Todo esse quadro de dados que nos proporciona a realidade social sobre o comportamento dos diferentes setores nos lançam sinais no sentido de que estamos entrando num período de ascenso social orientado em que os explorados começam a se chocar com um governo que, até na véspera, encontrava-se completamente apoderado da arrogância, pensando que permaneceria no Palácio Queimado por meio século e que seu destino é transformar radicalmente não só o país, mas também o continente.

Esse quadro de dados ao qual fizemos referência é o seguinte: a rebelião dos normalistas que, apesar de ser duramente reprimida, por sua força e radicalização, conseguiu dobrar o governo, arrancando algumas concessões; a mobilização dos condutores que terminou em derrota pela conduta pusilânime de seus dirigentes e, sem dúvida, em suas ba-

ses mais exploradas (pequenos proprietários e assalariados) existe raiva contida e a esperança de um segundo embate para cobrar vingança; a paralisação de 24 horas e extraordinária marcha do magistério urbano de La Paz, que atua como poderoso imã sobre os demais setores sociais e trabalhistas do país, porque expressa problemas reais dos explorados em geral, como a Lei das aposentadorias, os salários etc; a rebelião dos cocaleiros dos Yungas pacenhos que, diante da erradicação forçada da folha na zona, rompem com o governo e se apresentam nas eleições municipais com suas próprias agrupações; o rechaço aos candidatos oficiais em El Alto de La Paz, principal bastião eleitoral do MAS, e a exigência de que o governo cumpra com as promessas feitas para aliviar os grandes problemas estruturais de uma cidade espremida e invadida pelo campo; as mobilizações do setor rentista que, superando suas direções oficiais, marcham em La Paz exigindo reivindicações próprias e outras manifestações em gestação que seguramente não conseguimos percebê-las

Nos últimos dias, febrilmente e a partir das bases de setores como os mineiros, fabris, trabalhadores da saúde etc, preparam-se seminários, conferências e debates para tratar o problema da Lei das Aposentadorias e, necessariamente, convocam a federação pacenha dos mestres urbanos para expor seus pontos de vista sobre este espinhoso problema, porque é a única voz contestatória no ambiente. Todo esse panorama nos mostra que os problemas gerarão no futuro imediato grandes mobilizações de salário, da Lei das aposentadorias, da coca, da terra, da elevação dos preços dos artigos de consumo e os baixos recursos dos setores não assalariados etc. Até agora, as mobilizações do magistério pacenho têm sido isoladas e expostas à possibilidade de serem duramente reprimidas pelo governo, mas a perspectiva nos mostra que esta organização sindical dirigida por trotskistas pode converter-se no núcleo de radicais mobilizações gerais.

(Extraído do Jornal Massas nº 2165, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

A crise do capitalismo exige – Reconstruir a IV Internacional

A eclosão da crise mundial do capitalismo em meados de 2008 evidenciou as contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção capitalista, entre a produção social e a apropriação privada, entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial, enfim entre a burguesia e as massas exploradas. Trata-se da crise estrutural do capitalismo.

A destruição de forças produtivas em grande escala ainda está por ocorrer. A queda do mercado mundial, a desaceleração do ritmo de produção, a recessão, o fechamento de fábricas e a liquidação de milhões de postos de trabalho não foram suficientes para resolver a crise de superprodução. O capital financeiro parasitário voltou aos altos níveis de especulação, como refletem as valorizações artificiais dos papéis. Os sintomas de uma aguda crise de endividamento dos Estados nacionais, principalmente os déficits das potências, indicam o esgotamento de todo um período de retomada econômica do pós-guerra, de gigantesca acumulação financeira e de brutal ofensiva parasitária do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos.

A 2ª Guerra destruiu maciçamente forças produtivas, desafojou o capitalismo mundial da crise de superprodução e modificou o mapa do domínio imperialista. As multinacionais se expandiram como nunca e, com seu domínio, também, a indústria militar, potenciando as tendências bélicas próprias da fase monopolista do capitalismo. Sob a intervenção dos Estados, constituíram-se áreas de livre comércio, blocos e uniões. A produtividade deu um salto com aperfeiçoamentos e novas tecnologias. Em pouco tempo, voltou a se manifestar o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Inúmeras foram as crises regionais, principalmente a partir de 1970. A crise atual se distingue por ser geral e se identificar com a grande depressão de 1929.

A ofensiva das potências, dirigidas pela burguesia norte-americana, em dar um novo impulso às forças produtivas internacionais incluía a estratégia de recuperação do terreno perdido para as revoluções. Havia de erradicar o antagonismo entre os dois sistemas – capitalismo e socialismo –, criado pela constituição de economias baseadas na propriedade social. As revoluções na China e em Cuba, bem como a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, caminharam no sentido contrário à estratégia do imperialismo no pós-guerra. Ainda repercutiam a grande crise e as conseqüências da guerra.

A retomada do crescimento econômico e o novo ordenamento interimperialista bloquearam o desenvolvimento da revolução socialista. Os Estados Unidos usaram de todo o poderio econômico e militar, para bloquear as tendências

revolucionárias. A sua derrota no Vietnã rompeu um dos elos do cerco mundial organizado para conter as revoluções.

Ocorre que o triunfo da fração de Josef Stálin no Partido Comunista Russo contra a fração dirigida por Leon Trotsky impulsionou as posições nacionalistas, recrudescendo a burocratização do Estado Operário e acabou por liquidar a III Internacional. As possibilidades do desenvolvimento do socialismo em um só país – tese de Stálin – logo expuseram seus limites frente à reorganização do capitalismo no pós-guerra. As demais revoluções no Leste Europeu, no Oriente e nas América Latina (Cuba) padeceram do nacionalismo e do baixo desenvolvimento econômico.

A tese marxista de que o destino da Revolução Russa dependia da revolução na Alemanha desenvolvida, cujas possibilidades estavam dadas, mas foi contida pela burguesia alemã frente a uma direção política que não estava à altura, mostrou-se crucial. E pesou não só para o isolamento do proletariado russo, mas também sobre todo processo revolucionário do século XX. As várias tendências que emergiram das revoluções – maoísmo, titoísmo, castrismo, guevarismo etc. – refletiram o nacionalismo socialista originário do estalinismo. Sem a III Internacional e sem o programa da revolução socialista mundial, a classe operária internacional não pôde enfrentar centralizadamente o imperialismo e combater as tendências restauracionistas internas às revoluções.

A derrocada total da União Soviética em fins dos anos 80/início dos 90 foi o resultado das crescentes contradições inerentes ao curso nacionalista imposto pela administração de Stálin da economia e às medidas de erradicação da democracia proletária, em todos os aspectos da vida social e política. A desintegração da burocracia soviética se deu sob as condições econômicas de recuperação do capitalismo no pós-guerra e ao subseqüentemente retorno das crises a partir dos anos 70. O Partido Comunista Russo se viu confrontado com o Partido Comunista Chinês e foi perdendo ascendência sobre as burocracias do Leste Europeu.

O nacionalismo é contraditório com a construção do socialismo, que, pela evolução histórica da propriedade social atingirá a sociedade comunista universal. E, frente ao capitalismo dominante, transforma-se em força desintegradora. A quebra da União das Repúblicas Soviéticas e a pulverização da Iugoslávia refletiram, exemplarmente, com toda potência, as forças capitalistas entranhadas no seio da propriedade social e do Estado Operário degenerado. O nacionalismo estalinista, o isolamento das economias estatizadas e as pressões do capitalismo mundial acabaram por alimentá-las. A burocracia estatal serviu

de canal às pressões restauracionistas.

Não foi necessário que o imperialismo invadisse militarmente a União Soviética para impor a restauração. Bastou o cerco econômico e a superioridade de sua máquina produtiva. A burocracia se encarregou, com o seu nacionalismo socialista, de incorporar as tendências pró-capitalistas.

Em todo o mundo, os partidos comunistas fizeram as viradas políticas de acordo com as divisões da burguesia imperialista e com a marcha da crise de 1929/33, que levou a 2ª Guerra. A camarilha de Stálin decidia com qual fração das potências se alinhar e como levar o proletariado a colaborar com as burguesias ou parte delas em seus países. A centralização burocrática desde o Kremlin impôs aos partidos comunistas a diretriz de combate com todas as armas ao trotskismo.

A derrota da Oposição de Esquerda Russa, marcada pela expulsão de Trotsky, em 1929, da União Soviética indicou a impossibilidade de reverter o quadro de degenerescência da ditadura do proletariado e do partido que a expressava programaticamente. A Oposição de Esquerda Internacional não tinha como recuperar a III Internacional. As seções que se formaram em vários países, inclusive no Brasil, cedo mostraram suas debilidades frente aos bem implantados partidos comunistas estalinizados.

Seguindo o exemplo de Lênin que, diante da traição do partido socialdemocrata alemão que dirigia a II Internacional, colocou-se pela formação da III Internacional, Trotsky propôs à Oposição de Esquerda constituir a IV Internacional, a partir das eleições de Adolf Hitler em 1933, situação em que se evidenciou a traição da III Internacional.

Distintamente do nascimento da III Internacional, a IV respondia à traição do Partido Comunista que havia dirigido a revolução e comandava o Estado Operário. A sua autoridade era imensa. E Stálin dela se aproveitava para ocultar a profunda revisão no programa internacionalista do bolchevismo com disfarces leninistas.

A IV emergiu na turbulência da crise mundial do capitalismo, em meio aos preparativos da 2ª Guerra imperialista e diante da afirmação do domínio de Stálin sobre o Partido Comunista Russo. Trotsky tinha plena consciência do isolamento dos revolucionários e dos limites práticos que enfrentava a nova Internacional. O que não era compreensão comum na Oposição. O fundamental estava em ter a certeza absoluta de que a III Internacional estava perdida para o proletariado. A sua extinção em plena guerra, em 15 de maio de 1943, por um ato da camarilha do Presidium, confirmaria a avaliação de Trotsky.

A III Internacional foi concebida pelos bolcheviques, fundamentalmente por Lênin e

Trotsky, como Partido Mundial da Revolução Socialista, por isso era regida, no período dos seus Quatro Primeiros Congressos (1919/1922), pelo programa da revolução proletária e pelo funcionamento centralista-democrático. O domínio da fração Stálin do Partido Comunista Russo provocou mudanças opostas às bases de fundação da III Internacional. No terreno prático, oscilou entre o esquerdismo e o oportunismo. A camarilha de Stálin já não necessitava da Internacional, que passou a ser um estorvo para estabelecer compromissos com o imperialismo dito democrático (Estados Unidos, Inglaterra, França etc., em guerra contra a Alemanha nazista).

A enorme experiência acumulada na 1ª Guerra, na Revolução Russa, na edificação da III Internacional, no fracasso da Revolução Alemã, nos primeiros passos de construção do socialismo e na luta interna contra a revisão de Stálin possibilitou que Trotsky avaliasse com exatidão a necessidade histórica de reunir a Oposição Esquerda em torno da formação da IV Internacional.

As imensas dificuldades teriam de ser enfrentadas com o “Programa de Transição”, aprovado no Congresso de fundação da IV, em setembro de 1938. O documento sintetiza os documentos dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e responde aos novos problemas trazidos pela decomposição do capitalismo, pelo surgimento do fascismo e pela revisão estalinista do internacionalismo. Alcança precisão no método que estabelece a relação indissolúvel entre as necessidades elementares das massas, as reivindicações vitais, a estratégia da tomada do poder pela insurreição e as tarefas socialistas de transição para o comunismo.

Caberia às seções da IV trabalhar incansavelmente por aplicar o Programa de Transição em seus países, ganhar coesão política e pôr em pé o partido. O assassinato de Trotsky por Stálin objetivou barrar a influência que o trotskismo vinha conquistando sobre uma ala dos partidos comunistas. Não obstante, os quadros da Oposição de Esquerda Internacional se mostraram frágeis teórica e praticamente. A dispersão na década de 50 evidenciou a fragilidade.

O estalinismo saiu fortalecido da 2ª Guerra. Escapou ileso do pacto com Hitler de não agressão. Aliou-se com o chamado imperialismo democrático. O exército vermelho cumpriu um papel de primeira grandeza para derrotar o exército nazista. As massas soviéticas pagaram com muito sangue a vitória. Stálin brilhou nas cúpulas dos vencedores que estabeleceram o fim da guerra e a nova partilha do mundo. Berlim foi dividida. O Leste Europeu foi transformado com o processo revolucionário. Grandes acontecimentos estavam a favor da propriedade coletiva dos meios de produção e da construção do socialismo. Movimento esse que comparecia como obra do estalinismo e com ele se identi-

cava. Nessas condições, parecia que toda a diretriz de Stálin estava correta. Não fazia falta a III Internacional. O “socialismo em um só país” se justificava como se fosse puramente defensivo.

O imperialismo havia operado uma transferência de poder – os Estados Unidos assumiam soberanamente a direção mundial do capitalismo. A União Soviética deveria ser contida. A cada avanço na reconstrução do pós-guerra recrudescia o antagonismo entre o capitalismo e o socialismo. A revolução de 1949 na China foi mais um duro golpe no capitalismo. Dez anos depois as massas cubanas expropriavam a burguesia e conquistava independência frente ao imperialismo. Fechava-se um ciclo de revoluções socialistas.

As potências, ao mesmo tempo, conseguiram barrar o movimento operário em suas fronteiras e se preparavam para confrontar os países que romperam com o capitalismo mundial. Ou as conquistas alcançadas pelo proletariado e demais oprimidos se colocavam sob a política internacionalista e a revolução mundial progredia, ou o capitalismo as conteria, as espremeria e as retrocederia, empurrando as burocracias governantes para a restauração.

O turbulento pós-guerra não foi compreendido devidamente pelos dirigentes da IV Internacional, que herdaram a autoridade de Leon Trotsky. Não observaram que o fortalecimento de Stálin exporia com maior amplitude a contradição entre sua orientação nacionalista e o internacionalismo. A burocratização do Partido Comunista Russo e a ditadura burocrática se encarregariam de controlar desde o Kremlin os países socialistas, atados por forças econômicas e militares que os manteriam mais ou menos unidos apenas circunstancialmente. Não tardaram as fissuras. As rupturas depois da morte de Stálin em 1953 resultaram das ligações burocrático-autoritárias e do nacionalismo cultivados pelos partidos comunistas.

Os dirigentes da IV Internacional, ao não entenderem em toda sua extensão o fenômeno da revisão estalinista, permitiram que a organização fosse golpeada por posições filo-estalinistas. Michel Pablo romperá a IV, na década de 50, com a tese de que os partidos comunistas eram recuperáveis sob a pressão da luta de classe, podendo ser desestalinizados. Instalada a crise, houve a fragmentação da IV, que se inviabilizou.

Inúmeras correntes reivindicam do trotskismo, mas pouco se identificam com o Programa de Transição. Não o riscaram de seus documentos e proclamações, mas apenas formalmente aproveitam seu valor histórico. Há aqueles que preconizam uma revisão, sob o argumento de que o capitalismo do pós-guerra trouxe novos problemas. Constantemente, o movimento revolucionário enfrenta novos problemas, a exemplo da derrocada da União Soviética, do processo de restauração na China e em Cuba, etc. Trata-se de

compreendê-los e respondê-los com o Programa de Transição e com todo arsenal do marxismo.

Por essas e outras razões, as variantes que se desprenderam da IV Internacional trilham e trilham o caminho do centrismo e do oportunismo. Na escassez de coerência programática, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia se mantém isolado, trabalhando incessantemente pela revolução proletária e sustentando as conquistas da IV Internacional.

A tarefa que se coloca é a de projetar as experiências do POR boliviano no que tem de essencial para a reconstrução da IV Internacional.

A crise do capitalismo assumiu um novo patamar no pós-guerra. O processo de restauração está adiantado e os respectivos países estão em franco retrocesso. A China é a exceção, devido às particularidades do seu desenvolvimento, sob a burocracia maoísta e de seus revisionistas. Mas acumula explosivas contradições em seu processo de restauração e integração na órbita do imperialismo.

Os partidos comunistas estão completamente degenerados e desmoralizados, mas não extintos. Os centristas que se reivindicam do trotskismo são um estorvo para a retomada da reconstrução da IV Internacional. Tudo indica que novos acontecimentos da crise mundial estremecerão o capitalismo, como foi estremecido nos inícios e meados do século XX.

A crise joga inevitavelmente umas nações contra as outras. As discrepâncias entre os Estados Unidos e a China, entre a Alemanha e demais países da Europa etc. ainda estão no início. A reação das massas contra o desemprego e as medidas trabalhistas de proteção à classe capitalista, como na França, Grécia, Espanha etc, são sintomas de que a luta de classe ganhará novas dimensões. A necessidade das potências se protegerem, descarregando a crise sobre as semicolônias e avançando sobre suas riquezas, resultará em movimentos antiimperialistas, nos quais a classe operária poderá assumir sua direção.

O desenvolvimento da crise evidenciará para as massas a gravidade da crise de direção. Camadas da classe operária e dos demais explorados se deslocarão para a construção do partido.

O Programa de Transição foi uma cunha fincada na espinha dorsal do capitalismo agônico. Não há como arrancá-la. Cabe à militância revolucionária, confiante nas leis da história, se lançar na tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista e de pôr em pé a IV Internacional. Há que se trabalhar para que os revolucionários que se encontram equivocadamente nos partidos centristas rompam com o oportunismo e venham reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Viva o Programa de Transição da IV Internacional!

Reconstruir a IV Internacional!